



Resumão

História

O Regime Militar no Brasil – do golpe ao Milagre

Teoria

O golpe de 1964

De 1964 a 1985, o Brasil viveu um dos períodos mais autoritários e violentos de sua história republicana. Com os militares no poder e o apoio dos EUA, de empresas nacionais, de parcela da elite civil e de outras ditaduras, perpetuou-se por 21 anos um regime de exceção. A restrição de direitos individuais, a concentração dos poderes no Executivo e a perseguição foram justificadas por uma suposta necessidade de proteção nacional. O inimigo, mais uma vez, seria uma ameaça socialista que jamais se concretizou.

Apesar de o breve governo de João Goulart ter se inclinado para aspectos sociais e buscado aliança com grupos de esquerda, jamais esboçou alguma tentativa de implementar, de fato, um socialismo no Brasil. O governo de Jango, constitucional e democrático, visava a implementar reformas sociais nacionalistas, o que afetaria alguns privilégios, o bastante para ser um problema para os opositores.

Assim, no dia 2 de abril de 1964, após o presidente ter sido deposto com um golpe, Ranieri Mazzili, o presidente da Câmara, assumiu de forma interina. Entretanto, o poder se concentrou de fato na junta militar formada por Costa e Silva no dia 2. O chamado **Comando Supremo da Revolução** foi formado por Arthur da Costa e Silva (exército), Augusto Rademaker Grunewald (Marinha) e Francisco de Assis Correia de Melo (Aeronáutica), que governaram por 10 dias.

Durante esse curto período, o Comando Supremo realizou “limpeza”, com uma série de perseguições nas ruas brasileiras, prendendo de forma arbitrária lideranças da esquerda, torturando opositores e ateando fogo nas sedes de grupos considerados “ameaças”. As perseguições ainda aumentaram, com o decreto do **Ato Institucional nº 1 (ai-1)**,¹ no dia 9 de abril de 1964. Composto por 11 artigos, o ato garantia a centralização dos poderes no Executivo, a perseguição política, a suspensão temporária do funcionalismo público e eleições presidenciais indiretas dentro de dois dias, mas com o retorno das eleições diretas em 1965.

Assim, com o Ato Institucional e os Atos do Comando Supremo da Revolução, a atuação do triunvirato determinou que dezenas de mandatos fossem cassados e direitos políticos fossem retirados, inclusive de jornalistas, que foram censurados. Dessa forma, os militares conseguiram eliminar a oposição e garantir na política apenas os aliados, que defenderiam a ditadura.

Ato Institucional nº 1 (1964)

Art. 1º - São mantidas a Constituição de 1946 e as Constituições estaduais e respectivas Emendas, com as modificações constantes deste Ato.

Art. 2º - A eleição do Presidente e do Vice-Presidente da República, cujos mandatos terminarão em trinta e um (31) de janeiro de 1966, será realizada pela maioria absoluta dos membros do Congresso Nacional, dentro de dois (2) dias, a contar deste Ato, em sessão pública e votação nominal.

Art. 3º - O Presidente da República poderá remeter ao Congresso Nacional projetos de emenda da Constituição.

Art. 4º - O Presidente da República poderá enviar ao Congresso Nacional projetos de lei sobre qualquer matéria, os quais deverão ser apreciados dentro de trinta (30) dias, a contar do seu recebimento na Câmara dos Deputados, e de igual prazo no Senado Federal; caso contrário, serão tidos como aprovados.

¹ Ato Institucional nº 1 completo: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/AIT/ait-01-64.htm

O governo de Castello Branco (1964-1967)

As disputas políticas e novos atos institucionais



Após a transição realizada de forma violenta pela junta militar, o Congresso votou no marechal Humberto Castello Branco como o novo presidente do Brasil no dia 15 de abril. Inicialmente, contou com grande apoio da UDN e de políticos de Minas Gerais, do Rio de Janeiro e de São Paulo.

Politicamente, o governo de Castello Branco ainda contou com uma mínima liberdade, apesar dos atentados à democracia e aos direitos individuais. Para o presidente, o movimento dos militares seria provisório,

visando apenas ao combate às ameaças nacionais, e logo haveria uma reabertura política.

Apesar de Castello Branco propor esse regime, recebendo inclusive apoiadores de uma ala menos radical entre os militares, a ditadura não foi nada curta. Assim, seu governo também foi responsável pela construção dos principais aparatos de repressão utilizados pelo regime.

Vale destacar que a participação em seu governo dos militares considerados como “**linha-dura**”, liderados pelo Ministro da Guerra Costa e Silva, também influenciou muito na construção desse sistema autoritário. Havia, de fato, um constante desentendimento ao longo dos 21 anos entre a ala “castellista” e a “linha-dura”.

Um exemplo disso é a própria criação do Ato Institucional nº 2.² Após a prorrogação do mandato de Castello Branco, em 1964, os militares da linha-dura conseguiram decretar, em 1965, um novo Ato, que fortalecia ainda mais o Executivo, permitindo que o presidente decretasse o recesso do Congresso Nacional, das assembleias estaduais e das câmaras municipais. Além disso, o AI – 2 ainda estabelecia o **bipartidarismo**, com a extinção dos partidos tradicionais e a criação dos dois únicos partidos legais:

- **Aliança Renovadora Nacional (ARENA)** – Formado por políticos aliados ao regime militar e de tendência conservadora. Após uma série de transformações no partido e de desligamentos, dois grupos se formaram, dando origem, hoje, ao Partido Progressista (PP) e ao Democratas (DEM).
- **Movimento Democrático Brasileiro (MDB)** – O MDB era formado por políticos de diversas correntes políticas, mas que, ao fim, formavam uma **oposição consentida**. Em 1979, com o fim do bipartidarismo, o MDB se tornou o PMDB e, após a ditadura, políticos do PMDB formaram outros partidos.

Ato Institucional nº 2 (1965)

Art. 13 - O Presidente da República poderá decretar o estado de sítio ou prorrogá-lo pelo prazo máximo de cento e oitenta dias, para prevenir ou reprimir a subversão da ordem interna.

Art. 15 - No interesse de preservar e consolidar a Revolução, o Presidente da República, ouvido o Conselho de Segurança Nacional, e sem as limitações previstas na Constituição, poderá suspender os direitos políticos de quaisquer cidadãos pelo prazo de 10 (dez) anos e cassar mandatos legislativos federais, estaduais e municipais.

Art. 18 - Ficam extintos os atuais Partidos Políticos e cancelados os respectivos registros.

Art. 30 - O Presidente da República poderá baixar atos complementares do presente, bem como decretos-leis sobre matéria de segurança nacional.

Art. 31 - A decretação do recesso do Congresso Nacional, das Assembleias Legislativas e das Câmaras de Vereadores pode ser objeto de ato complementar do Presidente da República, em estado de sítio ou fora dele.

² Ato Institucional nº 2 – Completo: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/AIT/ait-02-65.htm

O AI-2 havia sido uma resposta bem clara da linha dura às críticas de políticos à prorrogação do mandato e à própria derrota dos militares na eleição para governador na Guanabara e em Minas Gerais, em 1965. Assim, o fim do multipartidarismo era uma forma de garantir sempre a permanência dos aliados no poder. Afinal, na época era comum dizer que enquanto o ARENA era o partido do “sim, senhor”, o MDB era o do “sim”.

Dessa forma, esse cenário de aprofundamento do autoritarismo e de consolidação da ditadura militar ainda se aprofundou em 1965, com a criação do **Serviço Nacional de Inteligência (SNI)**, pelo “castellista” Golbery de Couto e Silva.

O SNI tinha como função investigar e coordenar informações de interesse nacional, visando a garantir a segurança do país. A SNI foi moldada pela influência francesa e norte-americana da **Doutrina de Segurança Nacional**, que se difundiu entre os militares brasileiros da Escola Superior de Guerra (ESG) e objetivava a eliminação das ameaças e dos “inimigos internos”.

Portanto, em um contexto de Guerra Fria, o SNI manteve contato com a CIA e com outras ditaduras latino-americanas, com a finalidade de combater as oposições. A própria **Operação Condor** foi fruto dessa colaboração internacional, que visava a enfrentar movimentos e lideranças de esquerda consideradas ameaças.

Enfim, a ditadura militar, durante os anos de Castello Branco, ainda consolidou mais dois Atos Institucionais, formando a base do autoritarismo. O **AI – 3³** ampliava, para os governadores e para os prefeitos de áreas de “segurança nacional”, as eleições indiretas. O **AI – 4**, por fim, foi responsável pela convocação do Congresso para a aprovação da **Constituição de 1967**.

Ato Institucional nº 3 (1966)

Art. 1º - A eleição de Governador e Vice-Governador dos Estados far-se-á pela maioria absoluta dos membros da Assembleia Legislativa, em sessão pública e votação nominal.

Art. 4º - Respeitados os mandatos em vigor, serão nomeados pelos Governadores de Estado, os Prefeitos dos Municípios das Capitais mediante prévio assentimento da Assembleia Legislativa ao nome proposto.

Art. 5º - No corrente ano, as eleições de Governadores e Vice-Governadores de Estado realizar-se-ão em 3 de setembro; as de Presidente e Vice-Presidente da República, em, 3 de outubro; e as de Senadores e Deputados federais e estaduais em 15 de novembro.

Ainda em 1966, algumas tentativas de questionar o autoritarismo e combater a ditadura foram lançadas. O chamado **movimento tropicalista**, composto por diversos artistas brasileiros, ganhou força com o famoso Festival de Música Popular Brasileira. Nomes como Caetano Veloso, Gilberto Gil, Hélio Oiticica, Gal Costa, Wally Salomão e outros buscaram nos modernistas de 1922 inspirações para a construção de novos parâmetros artísticos.

Assim, através da música, da poesia e das artes plásticas, os tropicalistas questionaram o autoritarismo, reivindicaram maior liberdade e construíram suas próprias ideias de identidade nacional, que antagonizavam as do regime militar. Graças a essa postura, muitos acabaram presos, torturados e exilados.

Ainda nessa esteira da reivindicação artística, em 1967, o **Cinema Novo** também já se destacava em sua segunda fase. Com cineastas como Glauber Rocha, Cacá Diegues, Nelson Pereira dos Santos e outros, o cinema novo buscou influências no neorrealismo italiano e na *nouvelle vague* francesa para criticar as desigualdades sociais, denunciar a fome e a miséria brasileira, defender o trabalhador e lutar contra o autoritarismo.

³ Ato Institucional nº 3 Completo: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/AIT/ait-03-66.htm

Por fim, no campo político, a impensável aliança entre Carlos Lacerda, Juscelino Kubitschek e João Goulart deu origem, em 1966, à **Frente Ampla de Oposição**. O objetivo era reivindicar, através da declaração, reformas políticas que retomassem as eleições diretas e um maior desenvolvimento econômico. Entretanto, o movimento foi abafado em 1968 e, como JK e Jango já estavam em exílio, Carlos Lacerda acabou punido com a suspensão de seus direitos políticos por 10 anos.

Assim, com a determinação do **AI-4**⁴ e a criação de uma nova Constituição em 1967, uma nova eleição também foi realizada, de forma indireta, levando ao poder o Marechal da linha dura **Artur da Costa e Silva**. A nova Carta era ainda muito conservadora e semelhante à de 1946; entretanto, agora anexava os Atos Institucionais e os Atos Complementares.

Ato Institucional nº 4 (1967)

Art. 1º - É convocado o Congresso Nacional para se reunir extraordinariamente, de 12 de dezembro de 1966 a 24 de janeiro de 1967.

§ 1º - O objeto da convocação extraordinária é a discussão, votação e promulgação do projeto de Constituição apresentado pelo Presidente da República.

O Plano de Ação Econômica do Governo (PAEG) e a retomada econômica

Assim que eleito pelo Congresso, Castello Branco nomeou para os ministérios da Fazenda e do Planejamento, respectivamente, Otávio Gouveia de Bulhões e Roberto Campos. Esses aliados do governo receberiam a missão de controlar a crescente inflação brasileira, lidar com o caos da dívida internacional e retomar o desenvolvimento do país.

Para isso, criaram o chamado Plano de Ação Econômica do Governo (PAEG). O PAEG visava a combater a alta inflação, através do ajuste das contas públicas, aumentar os investimentos nas estatais brasileiras, mas eliminando os gastos supérfluos, atrair investimentos externos, reformar o Sistema Financeiro Nacional e acelerar o ritmo do desenvolvimento econômico do país.

Apesar de o planejamento visar ao controle dos problemas e à retomada do crescimento, algumas medidas para alcançar esses objetivos foram bastante impopulares e tiveram consequências principalmente para os trabalhadores. As medidas desencadearam uma série de aumento nos impostos, crescimento do custo de vida e arrocho salarial.

Mesmo impopulares, os movimentos sociais e sindicais pouco podiam fazer para combater tais medidas, visto que estavam enfraquecidos e sem as tradicionais lideranças. Além disso, as reclamações ou oposições não seriam bem-vindas ao autoritarismo do governo.

Enfim, o PAEG, apesar dos problemas, conquistou relativo sucesso. A inflação foi controlada e o país retomou os bons índices de crescimento. Ainda obteve sucesso na criação do Banco Central e do Banco Nacional de Habitação. Portanto, o PAEG consolidou uma base econômica estável para a chegada do **milagre econômico**.

⁴ Ato Institucional nº 4 Completo: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/ait/ait-04-66.htm

O governo de Costa e Silva (1967-1969)

Os movimentos populares e a luta contra a ditadura

O governo do linha-dura Costa e Silva, apesar de curto, foi um período caótico e de forte repressão. O presidente atuava diariamente no combate a novos focos de protestos e via o crescimento contínuo da **luta armada de esquerda**, que se manifestava principalmente através das guerrilhas.

Em 1968, uma manifestação estudantil em frente ao restaurante **Calabouço**, no Rio de Janeiro, terminou com violência policial e a morte do estudante Edson Luís de Lima Souto. Como resposta, diversos movimentos estudantis se organizaram em passeatas por todo o país, criticando o autoritarismo e a violência dos militares. O ápice dessas manifestações ocorreu em junho de 1968, na chamada **passeata dos 100 mil**, no Rio de Janeiro.



Ainda em 1968, as greves de Osasco (SP) e Contagem (BH) contestavam e criticavam os aumentos no custo de vida e o arrocho salarial. Os trabalhadores reivindicavam, assim, melhores condições, mas acabaram reprimidos violentamente pela polícia.

Além dessas manifestações, como visto, movimentos como a tropicália e o cinema novo continuaram suas expressões, mesmo que, muitas vezes, de forma clandestina. Aqueles que ainda lançavam suas canções, filmes e livros eram violentamente censurados e, muitas vezes, precisavam produzir através de metáforas e jogos de palavras para confundir os censores e

manter seus estilos artísticos.

Enfim, todo esse cenário acabou aprofundando ainda mais o autoritarismo, o que teve como consequência a elaboração de outro Ato Institucional, dessa vez um dos mais violentos, o **AI - 5**.⁵ Esse ato previa o fechamento do Congresso, mais suspensão de direitos políticos, mais mandatos cassados, a intervenção federal em estados e municípios, a possibilidade de o presidente decretar estado de sítio sem o Congresso e a suspensão do direito de *habeas corpus*.

Ato Institucional nº 5 (1968)

Art. 2º - O Presidente da República poderá decretar o recesso do Congresso Nacional, das Assembleias Legislativas e das Câmaras de Vereadores, por Ato Complementar, em estado de sítio ou fora dele, só voltando os mesmos a funcionar quando convocados pelo Presidente da República.

Art. 3º - O Presidente da República, no interesse nacional, poderá decretar a intervenção nos Estados e Municípios, sem as limitações previstas na Constituição.

Art. 4º - No interesse de preservar a Revolução, o Presidente da República, ouvido o Conselho de Segurança Nacional, e sem as limitações previstas na Constituição, poderá suspender os direitos políticos de quaisquer cidadãos pelo prazo de 10 anos e cassar mandatos eletivos federais, estaduais e municipais.

Art. 7º - O Presidente da República, em qualquer dos casos previstos na Constituição, poderá decretar o estado de sítio e prorrogá-lo, fixando o respectivo prazo.

Art. 10 - Fica suspensa a garantia de *habeas corpus*, nos casos de crimes políticos, contra a segurança nacional, a ordem econômica e social e a economia popular.

⁵ Ato Institucional nº 5 Completo: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/ait/ait-05-68.htm

O Governo Médici (1969-1974)

A ditadura total e o combate às guerrilhas

O governo Costa e Silva teve fim com a morte do presidente em 1968. No seu lugar, assumiria o civil Pedro Aleixo, mas foi impedido pelos militares, que elegeram indiretamente outro general da linha dura, **Emílio Garrastazu Médici**. O seu governo é considerado por muitos como a fase mais violenta da ditadura e, de fato, Médici se aproveitou de todo um aparato de violência e perseguição para combater a oposição.

Entre 69 e 73, Médici intensificou os combates aos guerrilheiros nas zonas rurais e urbanas. Para muitos autores, a guerrilha no Brasil, apesar de treinada, jamais foi uma ameaça real para a consolidação da ditadura militar, visto que o exército brasileiro era muito maior e melhor equipado. Assim, Médici teria usado as guerrilhas como forma de permanecer no poder e de prolongar a violência da ditadura. Afinal, a ameaça, agora, era minimamente real.

Visto isso, Médici combateu focos de guerrilhas, inspirados na revolução cubana e maoísta, como:

- **Movimento Nacionalista Revolucionário (MRN)** – formado principalmente por ex-militares, na Serra do Caparaó (MG) e inicialmente financiados por cubanos.
- **Vanguarda Popular Revolucionária (VPR)** – Teve liderança do ex-militar Carlos Lamarca e atuou principalmente na região do Vale da Ribeira. Em uma emboscada na região, Lamarca conseguiu escapar, e foi assassinado em 1971 na Bahia. O grupo era responsável por uma série de assaltos a bancos e sequestros, como forma de resistir à ditadura militar.
- **Partido Comunista do Brasil (PCdoB)** – Visando a uma revolução socialista no Brasil, aos moldes da revolução cubana, esse grupo se concentrou no norte de Goiás, às margens do rio Araguaia. O grupo, no entanto, não conseguia muito apoio popular por conta da distância das grandes cidades. Seu isolamento também permitiu que o exército o descobrisse apenas em 1972, erradicando o movimento em 75.
- **Aliança Nacional Libertadora (ANL)** – Organizado principalmente por Carlos Marighella, a ANL promoveu uma experiência de Guerrilha Urbana, focada no ataque a emissoras de rádio, assalto a bancos e sequestros. Diferente das experiências rurais, a ANL conseguiu causar uma ameaça mais concreta aos militares, mas, ainda assim, foi derrotada.

O combate às guerrilhas durante o governo Médici, naturalmente, foi possível graças à consolidação de diversos Atos Institucionais e da violência do regime. No entanto, a operacionalização do sistema de inteligência e da enorme rede de perseguição, violência e tortura foi fundamental para caçar, prender e matar esses “inimigos”.

Em 1969 foi criada a **Operação Bandeirante (OBAN)**, que subordinava oficialmente todos os órgãos de inteligência do Estado e era comandada pelo delegado civil Sérgio Paranhos Fleury. Assim, a OBAN, através do Centro de Informações do Exército (CIE), do Centro de Informações da Marinha (Cenimar), do Centro de Informação Social do Exército (Cisa) e do próprio SNI, conseguia reunir informações necessárias para identificar e exterminar esses focos de guerrilhas. Uma das principais operações, inclusive, foi a caça e o assassinato de Carlos Marighella.

Em 1970, a OBAN foi incorporada pelo II exército ao DOI-CODI. Dessa forma, o Comando de Operações de Defesa Interna (CODI) controlava as tropas do Destacamento de Operações Internas (DOI) e garantia a identificação de “elementos subversivos”, sendo também responsável pela obtenção de informações através de torturas e prisões arbitrárias.

Essa violência e perseguição não se estendeu apenas às guerrilhas, chegou até o campo da ciência, com o “Massacre de Manguinhos”, em 1970, ocorrido na atual Fundação Oswaldo Cruz. Diversos médicos, professores e pesquisadores foram cassados e aposentados compulsoriamente com a invasão do campus da instituição pública. Além disso, várias pesquisas foram destruídas e, literalmente, jogadas no lixo.

O milagre econômico e o ufanismo brasileiro.

Já no governo Médici, é necessário destacar que todo o clima de tensão e violência dos “anos de chumbo” conviveram também com um crescimento do otimismo e do ufanismo. Como visto, os governos militares anteriores, com seus planejamentos econômicos, conseguiram estabilizar os problemas econômicos, reduzir a inflação e ainda permitiram uma retomada do crescimento.

Essas mudanças na economia e a sensação de estabilidade causada pelo autoritarismo foram fundamentais para uma maior entrada de investimentos externos. Com a criação do Plano Nacional de Desenvolvimento I (PND), o governo Médici estabeleceu as diretrizes para o desenvolvimento do país e metas que deveriam ser atingidas para melhorar sua infraestrutura. Logo, o capital estrangeiro garantiu a entrada de empresas multinacionais nos setores de automobilismo e eletrodomésticos, permitiu o crescimento de empresas nacionais do setor de bens não duráveis e manteve as estatais focadas no setor de segurança nacional, como a indústria pesada, de energia e bélica.

Todo esse desenvolvimento econômico levou a um aumento significativo o PIB do país, que atingiu o auge em 1973, com o crescimento de cerca de 12% a 14%, e uma falsa sensação de crescimento, com a diminuição da inflação. O sentimento de otimismo ainda foi ampliado graças às “obras faraônicas” realizadas pelos militares, que traziam um sentimento real de desenvolvimento. Outra consequência desses investimentos em obras grandes foi a geração de empregos e o consequente aumento do êxodo rural, que ocorreu sem nenhum tipo de planejamento e sem oferecer condições mínimas a essa população que chegava nos grandes centros urbanos. Construiu-se, nesse período, a Transamazônica, a ponte Rio-Niterói e a Hidrelétrica de Itaipu, com altos valores e sem nenhuma transparência na organização dos gastos públicos. Vale lembrar que a forte censura da época não permitia que escândalos de corrupção fossem divulgados, o que ajudou a criar um imaginário de que não havia qualquer tipo de desvio de dinheiro público durante o período.

Esse sistema permitiu assim um crescimento econômico considerável, sendo chamado inclusive de “milagre”. Entretanto, o milagre real foi apenas para a classe média, que ampliou seu poder de compra e de produtos no mercado. Para os trabalhadores e a classe mais pobre, o arrocho salarial, a violência e as altíssimas taxas de desigualdade foram a realidade do “milagre”. Desse modo, apesar de garantir o crescimento econômico, tornou inevitável o afloramento de graves tensões sociais, o que era sufocado pela crescente repressão do período.

Com uma economia extremamente dependente de investimentos externos, no período entre 1964 e 1978, a dívida externa brasileira passou de cerca de 3,5 bilhões para quase 55 bilhões, segundo números do Banco Central.

Pega a visão: chama na contextualização histórica e lembra que em 1973 ocorreu a primeira crise do petróleo. Portanto, o mundo, incluindo o Brasil, foi diretamente atingido pelo aumento significativo do produto. Para o país, a crise significou a diminuição drástica dos empréstimos externos.

Outro fator importante para esse crescimento, apesar de menos econômico, foi o grande otimismo e ufanismo que se construiu no início da década de 1970. A publicidade da ditadura realizou diversas campanhas nacionalistas e autoritárias, com slogans como: “Ninguém segura esse país”, “**Brasil, ame-o ou deixe-o**”, “Brasil: Ame-o!” e outros.

Enfim, a vitória brasileira na Copa do Mundo masculina de 1970 ainda se tornou a cereja do bolo, consagrando o Brasil como um país forte e aumentando a euforia com relação ao desenvolvimento nacional. A música que embalou a vitória brasileira no México, “Pra Frente Brasil”, acabou sendo utilizada como propaganda para o próprio regime, que se apropriou do título para fazer propaganda de si.



Propaganda da ditadura militar do governo Médici.

Disponível: <http://paineira.usp.br/aun/index.php/2018/12/20/o-que-define-um-regime-autoritario/>

Noventa milhões em ação,
Pra frente Brasil,
Do meu coração...
Todos juntos vamos,
Pra frente Brasil,
Salve a Seleção!
De repente
É aquela corrente pra frente,
Parece que todo o Brasil deu a mão...
Todos ligados na mesma emoção...
Tudo é um só coração!

Pra Frente Brasil (Copa de 1970)

<https://www.vagalume.com.br/hinos-de-futebol/prafrente-brasil-copa-de-70.html>

Vale ressaltar que essas propagandas tinham um objetivo evidente de enaltecer o “bom” momento que o país vivia com o milagre econômico, mas também cumpriam a função de afirmar o autoritarismo governamental e reprimir movimentos contrários ao modelo, com campanhas com slogans como “Quem não vive para servir ao Brasil, não serve para viver no Brasil”.

Exercícios



1. (UERJ – 2020) Considere o perfil histórico e socioeconômico do Brasil retratado no texto a seguir.

Em 1974, final do governo Médici, o Brasil crescia como poucos países, e o salário mínimo valia muito pouco. O ministro da fazenda da época, Delfim Netto, pedia para o povo ficar calmo: “Temos que esperar o bolo crescer para depois distribuir os pedaços.” O bolo ficou enorme, e o povo não deu nem uma mordida! Chico Buarque, usando o pseudônimo de Julinho de Adelaide, compôs a música “Milagre brasileiro”:

Cadê o meu?

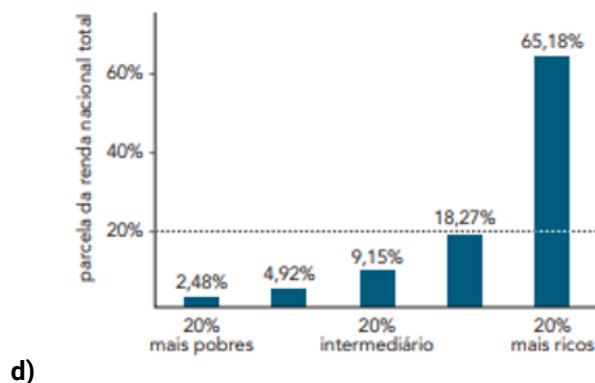
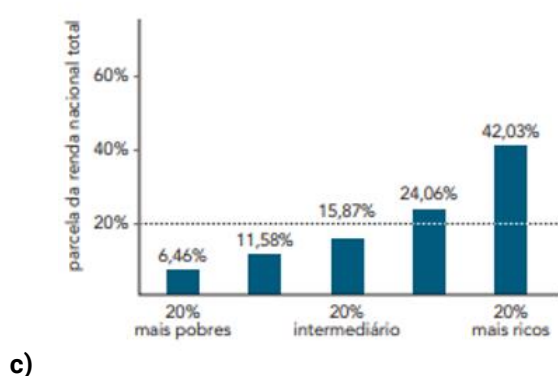
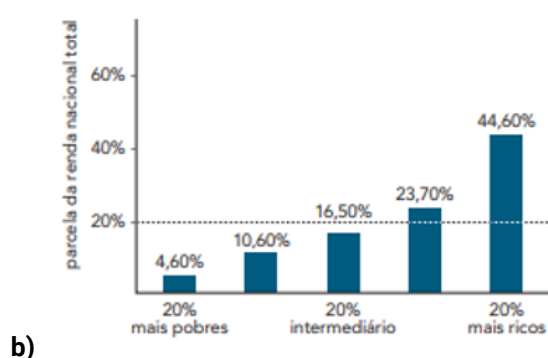
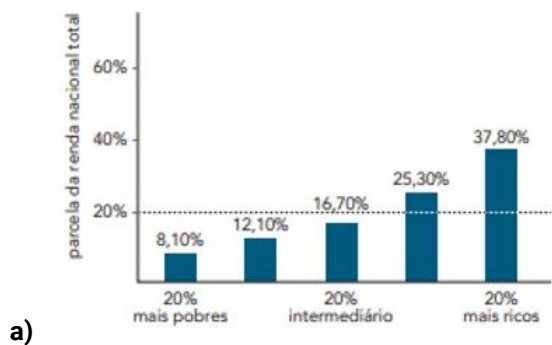
Cadê o meu, ó meu?

Dizem que você se defendeu.

É o milagre brasileiro

Adaptado de DINIZ, A.; CUNHA, D. A República cantada: do choro ao funk, a história do Brasil através da música. Rio de Janeiro: Zahar, 2014.

O gráfico que expressa, para o ano de 1989, a distribuição social da riqueza resultante da política econômica implementada ao longo do período histórico abordado no texto é:



2. (UEL PR/2015) Durante a Ditadura Militar, no Brasil, em especial após o AI-5 em 1968, inicia-se um período de intensa censura às produções culturais, inclusive das músicas, quando vários cantores e compositores tiveram partes e mesmo canções inteiras vetadas à divulgação, discos banidos das lojas, e, como punição, alguns foram condenados ao exílio. Pode-se afirmar que o cantor e compositor Chico Buarque de Hollanda foi um dos alvos prediletos da censura, o que o levou a adotar o pseudônimo “Julinho da Adelaide”, por um tempo. A canção Apesar de Você, de 1970, foi um dos alvos dos censores. Leia parte de sua letra a seguir.

Hoje você é quem manda	Quando chegar o momento
Falou, tá falado	Esse meu sofrimento
Não tem discussão, não.	Vou cobrar com juro. Juro!
A minha gente hoje anda	Todo esse amor reprimido,
Falando de lado e olhando pro chão. Viu?	Esse grito contido,
Você que inventou esse Estado	Esse samba no escuro.
Inventou de inventar	Você que inventou a tristeza
Toda escuridão	Ora tenha a fineza de “desinventar”.
Você que inventou o pecado	Você vai pagar, e é dobrado,
Esqueceu-se de inventar o perdão.	Cada lágrima rolada
Apesar de você	Nesse meu penar.
amanhã há de ser outro dia.	Apesar de você
Eu pergunto a você onde vai se esconder	amanhã há de ser outro dia.
Da enorme euforia?	Eu pergunto a você onde vai se esconder
Como vai proibir	Da enorme euforia?
Quando o galo insistir em cantar?	Como vai proibir
Água nova brotando	Quando o galo insistir em cantar?
E a gente se amando sem parar.	Água nova brotando
	E a gente se amando sem parar.

Apesar de Você (compacto simples)/Álbum Chico Buarque – 1970.

É possível perceber, por meio da canção de Chico Buarque, certas características da sociedade daquele período que o Regime Militar preferia que a grande maioria da população não viesse a conhecer. Disserte sobre pelo menos uma dessas características.



Passeata dos Cem Mil, Rio de Janeiro, 26/06/1968

alerj.rj.gov.br

3. (UERJ/2015)

O ano de 1968 tornou-se sinônimo de uma rebelião estudantil mundial. Mas 1968 não existiu de uma forma isolada, ele foi o ponto culminante de uma década de movimentos que se espalharam por quase todo o planeta. No Brasil, na França, no México, nos Estados Unidos, na Espanha, no Canadá, na Argentina, na Venezuela, na Polônia, na Tchecoslováquia, países com diferentes realidades políticas e diversas condições econômicas se viram enfrentando um mesmo fenômeno político: rebeliões de jovens estudantes universitários e secundaristas.

(Adaptado de ARAUJO, M. P. *Memórias estudantis: da fundação da UNE aos nossos dias*.

Rio de Janeiro: Relume Dumará, 2007.)

Os movimentos de contestação política ocorridos na década de 1960 tiveram motivações variadas. No Brasil, a Passeata dos Cem Mil foi o episódio mais marcante nesse contexto. Aponte dois elementos do contexto político brasileiro da época associados diretamente à ocorrência dessa passeata. Em seguida, apresente um motivo que, em 1968, contribuiu para a eclosão de revoltas em um dos outros países citados no texto.

4. (UNICAMP 2016) “O tropicalismo buscava revolucionar a linguagem e o comportamento na vida cotidiana, incorporando-se simultaneamente à sociedade de massa e aos mecanismos do mercado de produção cultural. Criticava ao mesmo tempo a ditadura e uma estética de esquerda acusada de menosprezar a forma artística. Articulava aspectos modernos e arcaicos, buscava retomar criticamente a tradição brasileira e absorver influências estrangeiras de modo ‘antropofágico’.”

(Marcelo Ridenti, “Cultura”, em Daniel Aarão Reis (org.), *Modernização, ditadura e democracia: 1964-2010*. Rio de Janeiro: Objetiva, 2014, p. 256.)

O tropicalismo, no contexto cultural brasileiro dos anos 1960 e 1970

- a) foi influenciado pelo manifesto antropofágico e propunha digerir aspectos da cultura mundial – como a guitarra elétrica e a televisão – para difundir o ideal de uma sociedade alinhada com os interesses da modernização econômica da ditadura.
- b) era um movimento que criticava a ditadura, associada à Jovem Guarda, e a esquerda, identificada com a Bossa Nova, propondo uma leitura imparcial para a cultura, como se observa na música popular e na dramaturgia do Teatro Oficina.
- c) criticava o Cinema Novo e a glamorização da “estética da fome”, preferindo abrir-se para os movimentos internacionais, como fizeram o modernismo em relação ao futurismo e a vanguarda do grupo do Teatro Opinião.
- d) usava referências eruditas e populares, incorporava aspectos da música pop mesclada a aspectos regionais e expressava críticas à ditadura e ao patrulhamento praticado por alguns fãs das canções de protesto.

5. (UNESP – 2019)

O Sr. ATO CINCO e a Sra. NAÇÃO BRASILEIRA, ambos brasileiros, casados, ele residente na Praça dos 3 poderes, Distrito Federal, e ela, prendas domésticas, residente no continente americano, latitude sul, vêm, requerer a V. Exa. que se digne a deferir o seu divórcio litigioso (incompatibilidade de gênios), observadas as formalidades legais e nos termos que se seguem:

1. Os suplicantes são casados há 9 anos, pelo regime de exceção de bens, conforme certidão inconstitucional anexa.

2. O casal possui 110 milhões de filhos, de acordo com as certidões de nascimento anexadas a este instrumento.

3. Os filhos do casal ficarão sob a guarda da mãe, não podendo o pai nunca mais visitá-los quando lhes aprouver. Nem nos finais de semana e jamais nas férias escolares.

4. A suplicante abre mão do seu direito à pensão alimentícia, por dispor de meios próprios de subsistência, como proprietária de milhões de quilômetros quadrados. [...]

Pede deferimento.

OIAPOQUE AO CHUÍ, 15 de julho de 1977.

HENFIL. Cartas da mãe, 1980.

- a) Identifique e explique o que é o “sr. ATO cinco”.
- b) Escolha dois dos quatro artigos do “pedido de divórcio” e justifique as afirmações neles apresentadas.

Gabarito

1. D

O gráfico da letra **D** representa a gigantesca disparidade econômica da sociedade brasileira, em que poucos tinham muito e muitos possuíam pouco, fator que pode ser associado ao período do “milagre econômico”, em que no país cresceu o “bolo”, porém não ocorreu uma divisão real desse crescimento.

2. Sobre o período da ditadura militar, é possível dissertar sobre o autoritarismo do governo, que não permitia manifestações políticas contrárias ao regime e perseguia indivíduos considerados inimigos de Estado, é possível falar sobre a política de censuras, que impedia que artistas, intelectuais e jornalistas se expressassem ou denunciassem os problemas do país, e também é possível falar sobre a perseguição do regime aos movimentos estudantis espontâneos que questionavam maior liberdade.

3. Dois dos elementos: • reestruturação do movimento estudantil • ampliação da oposição à ditadura militar • morte do estudante secundarista Edson Luís • ampliação dos protestos contra a violência da repressão política • cerceamento das liberdades políticas a partir do Golpe Militar de 1964. Um dos motivos: • Primavera de Praga • críticas à Guerra do Vietnã • expansão da contracultura e da revolução sexual • apropriação das ideias da Revolução Cultural Chinesa • desdobramentos das lutas de descolonização na Ásia e na África • insatisfação estudantil quanto à burocracia do sistema universitário.

4. D

A música proposta pela tropicália visava a defender ideias de liberdade e combater o autoritarismo da ditadura, misturando diversas referências e formando uma identidade própria e nacional.

5.

- a) O sr. Ato 5 se refere ao Ato Institucional nº 5, decretado em 1968 pela Ditadura Militar. Teve como característica a ampliação dos poderes do Executivo, a perseguição de opositores e a suspensão de direitos individuais, como o habeas corpus.
- b) O estudante pode associar os itens a questões como a inconstitucionalidade da ditadura militar, sendo, portanto, um casamento ilegal, forçado e violento; pode também citar o impacto da ditadura sobre a vida de 110 milhões de brasileiros e a luta pelo fim da ditadura militar, algo que, segundo a carta, não seria necessário para um país tão rico quanto o Brasil.

O Regime Militar no Brasil - Abertura do regime

Teoria

O governo de Ernesto Geisel (1974-1979)



Em 1974, o mandato de Médici terminou, encerrando também os anos de governo da ala conhecida como “linha-dura”. Ao fim desse mandato, os principais focos guerrilheiros já estavam praticamente dominados, as lideranças políticas de esquerda presas, mortas e exiladas e, definitivamente, não havia uma ameaça comunista no Brasil. Entretanto, apesar do fim dos chamados “anos de chumbo”, o governo do “castellista” Ernesto Geisel ainda manteve algumas práticas violentas e o autoritarismo entre 1974 e 1979. Durante esse período, coexistiram no cenário brasileiro a persistência da ditadura, sobretudo pelos esforços da linha dura, com um processo de redemocratização.

A redemocratização, após 10 anos de ditadura civil-militar, se tornou parte do projeto político, planejava-se uma reabertura lenta, gradual e segura, para evitar um “avanço da esquerda e da oposição”.

Diante do barril de pólvora em que o Brasil se encontrava, com o crescimento da oposição ao regime, foi defendido que a redemocratização ocorresse devagar, sem que houvesse qualquer “retrocesso”, e de modo a garantir os interesses das elites dominantes. Antes de tudo, era importante que fosse segura, principalmente para os militares, que cometeram uma série de excessos durante o período ditatorial e que evidentemente perceberam que não poderiam se manter no poder infinitamente.

Essa redemocratização foi muito incentivada também pelo próprio desgaste dos militares no governo. Afinal, o milagre econômico já não rendia os mesmos frutos em 1974, a opinião pública internacional denunciava as atrocidades do regime, os escândalos e a crise interna do exército já não eram mais tão abafados e o autoritarismo já não sustentava mais o governo.

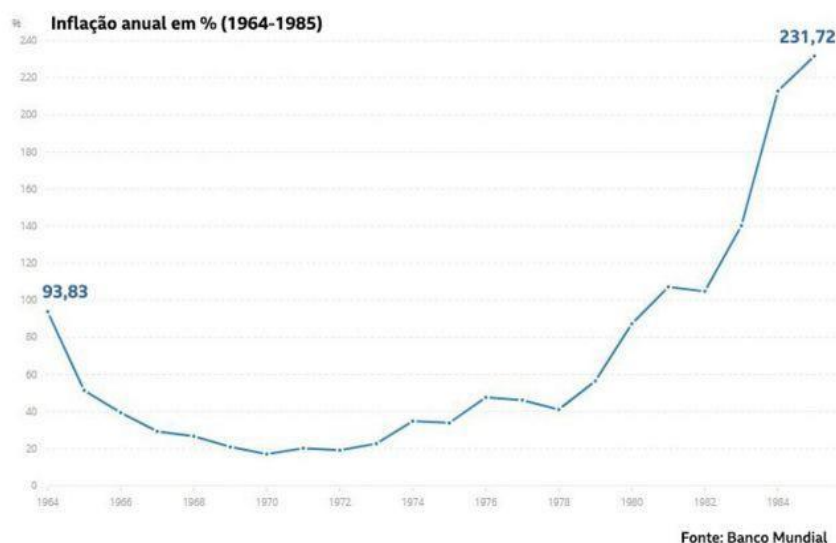
O fim do milagre econômico e o PND II

Durante a década de 1960, o ex-ministro da Fazenda Antônio Delfim Neto, quando criticado sobre os altos índices de desigualdade no país, teria supostamente afirmado que é preciso deixar o bolo crescer para depois dividir. Assim, percebia-se o desejo do governo de impulsionar a economia, o que ocorreu com o suposto “milagre econômico”; mas, apesar de o bolo ter crescido, não chegou a ser dividido.

O crescimento do PIB acima de 10% ao ano não representou melhorias nas desigualdades sociais, mantendo esses índices ainda mais altos. Assim, em 1974, com o fim do milagre econômico, já não havia mais o crescimento e nem mesmo igualdade social, pois a miséria era uma realidade para muitas famílias.

A crise era maquiada pelas informações oficiais divulgadas, visto que a alta inflação não era revelada pelo governo. Agravando ainda mais essa situação, em 1973, a **crise do petróleo** impactou diretamente a economia brasileira, muito dependente dessa fonte energética. Além disso, os abundantes empréstimos que eram concedidos durante os governos militares anteriores diminuíram drasticamente, o que encurtou os recursos disponíveis para investimento nas áreas consideradas essenciais para o crescimento do país.

Pega a visão: chama na contextualização histórica e lembra que a crise do petróleo estava diretamente relacionada com os conflitos entre os países do Oriente Médio e Israel, como a Guerra do Yom Kippur.



O gráfico aponta o controle da inflação durante os primeiros anos da ditadura militar e mostra como já próximo do seu fim os índices inflacionários aumentaram exponencialmente. Disponível em: <https://www.bbc.com/portuguese/brasil-45960213>

Para lidar com essa crise e tentar retomar os altos índices de crescimento passados, em 1974, Geisel lançou o **II Plano Nacional de Desenvolvimento**. O II PND havia sido elaborado pelo Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA) e tinha como finalidade estimular três setores básicos: infraestrutura (ampliação das malhas rododferroviárias, das redes de telecomunicação e da produção agrícola), setor de bens de produção (com as indústrias químicas e siderúrgicas) e energia (petróleo, energia hidrelétrica e fontes renováveis).

Para isso, o plano repetiu estratégias anteriores, no alinhamento do capital nacional privado, estrangeiro e público. No entanto, houve uma participação muito maior do Estado na economia, sobretudo no setor industrial, intervencionismo esse que investiu em obras faraônicas, mas de baixo rendimento ou que acabavam sendo destinadas a empresas privadas.

Assim, no final do mandato de Geisel, a dívida externa estava ainda maior, bem como a taxa de inflação.

A crise política de 1974

Em 1974, a escolha de Geisel como o novo presidente veio acompanhada também de uma expressiva vitória do MDB nas eleições, conquistando 16 das 22 vagas para Senador e, em 1976, vitórias nas principais cidades brasileiras.

A política de Geisel visava a um processo de redemocratização, mas as consecutivas vitórias da oposição e o crescimento das críticas colocavam em risco o plano de uma **abertura lenta, gradual e segura**. Afinal, essas derrotas do ARENA representavam o próprio desgaste da ditadura e o descontentamento social com os políticos e militares.

**“LENTA,
GRADUAL
E SEGURA”**

Assim, mesmo em um cenário de reabertura, a Ditadura retomou o controle autoritário com um processo de reforma do judiciário em 1974. Com a forte oposição à reformulação proposta, as críticas se tornaram cada vez maiores. Vale ressaltar que o fim do milagre econômico e a perda do ARENA, partido da situação, nas eleições de 1976 diminuía drasticamente a legitimidade do regime. O estopim dessa crise foi quando o senador Paulo Brossard realizou um discurso atacando as reformas e, como resposta, os militares fecharam o Congresso e lançaram o chamado **Pacote de Abril (1977)**.

Além de decretar o próprio fechamento do Congresso, o Pacote de Abril também lançou uma série de reformas políticas conservadoras, que visavam a garantir a manutenção do regime e o enfraquecimento da oposição, como:

- Extensão do mandato presidencial de 5 para 6 anos;
- Eleição indireta de 1/3 dos senadores, que seriam indicados pelo presidente e conhecidos como senadores biônicos;
- Manutenção das eleições indiretas para prefeitos, governadores e presidente;
- Maior representatividade no Congresso dos estados que possuíam domínio da Arena;
- Alteração do *quórum* para aprovação de emendas no Congresso, precisando apenas de maioria simples.

O Pacote de Abril, lançado em 1977, somou-se assim à **Lei Falcão**, de 1976, e construiu um cenário de controle político e eleitoral. A Lei Falcão já havia sido uma primeira resposta criada para as derrotas de 74 e 76. Através dela, a propaganda eleitoral na TV e no rádio era censurada, sem a possibilidade de discursos dos candidatos na mídia.

A manutenção da violência e do autoritarismo

Como visto, apesar da tentativa de lenta redemocratização, havia também a permanência dos antigos aparelhos de repressão. Geisel, ao assumir a presidência, havia realizado reformas nesse sistema de controle exercido pelo governo, mas a atuação dos militares linha-dura ainda manteve a forte repressão.

Os próprios **esquadrões da morte**, organizações paramilitares que realizavam torturas e execuções nas ruas das grandes cidades, manteve suas atividades ao longo da década de 1970. Outro elemento que ainda atuava na perseguição e tortura dos considerados “subversivos” era o DOI-CODI. Este, inclusive, envolveu-se em uma das maiores polêmicas internacionais do governo Geisel, quando assassinou, em 1975, o jornalista da TV Cultura **Wladimir Herzog**.

O assassinato do jornalista foi denunciado internacionalmente, e a ditadura tentou esconder o crime, alegando que ele teria cometido suicídio no quartel do Segundo Exército. No ano seguinte a mesma situação se repetiu com o operário Manuel Fiel Filho, que compareceu para prestar depoimento, foi assassinado, e o exército divulgou sua morte como suicídio.

Pressionado pela opinião pública, Geisel chegou a trocar o comando do Segundo Exército, o que acabou dando continuidade aos desgastes entre as alas castellista e linha dura. Vale destacar que, apesar desse processo de redemocratização, seu autoritarismo foi muito evidente, sendo muitas vezes passivo ante as denúncias de crimes políticos.

No entanto, antes de terminar o seu mandato, a ditadura militar ainda sofreu mais uma perda. No final de 1978, a emenda constitucional nº 11 revogou todos os Atos Institucionais aplicados até então, inclusive o AI-5. Assim, é possível perceber que o processo de abertura política e redemocratização no Brasil não foi algo simples e bem consolidado. Costuma-se dizer que o governo de Geisel foi parecido com o processo de “**sístole e diástole**”, bem semelhante ao que você aprende nas aulas de sistema circulatório. Isso mesmo, traz a biologia para o rolê e vamos de interdisciplinaridade.

Durante seu governo foram implementadas medidas de relaxamento e abertura (diástole), mas também medidas de contenção e repressão (sístole). Se liga no esqueminha para entender melhor essa dinâmica:



Resistência

Como vimos nos materiais anteriores, a resistência, seja no âmbito político, na luta armada ou no campo cultural, ao autoritarismo e à censura sempre foi algo presente durante toda a ditadura civil-militar. Dentro do processo de redemocratização, essa oposição se manteve e foi se tornando cada vez mais forte, ao exigir uma retomada da democracia de forma mais acelerada.

Após um período de desarticulação, por conta da forte repressão do Estado durante a ditadura, os movimentos sociais ganharam força em meados da década de 1970. Grupos de várias orientações ideológicas aproveitaram a brecha causada pelo desgaste do regime militar e passaram a atuar de forma mais contundente, com mobilizações e protestos a favor da retomada da democracia.

Mas, sem sombra de dúvidas, as “canções-protesto” ou apenas as músicas produzidas no período ficaram para a história como um dos principais símbolos de resistência e de crítica ao regime militar. E isso se dá porque nenhuma arte produzida é descolada do seu contexto histórico e social. O clima de tensão era tão grande que artistas que não se posicionavam ou não produziam músicas com teor crítico eram vistos, muitas vezes, como aliados dos militares.

Em um contexto de abertura política e retomada da democracia feita de forma ambígua e autoritária, as músicas também se tornaram uma forma de expressar a esperança em um futuro mais democrático. Seguem alguns exemplos bem famosos de músicas que se tornaram hinos durante o processo de redemocratização:

Que sonha com a volta do irmão do Henfil
Com tanta gente que partiu
Num rabo de foguete

Chora a nossa pátria, mãe gentil
Choram Marias e Clarisses
No solo do Brasil

Mas sei que uma dor assim pungente
Não há de ser inutilmente
A esperança dança
Na corda bamba de sombrinha
E em cada passo dessa linha
Pode se machucar

O Bêbado e a Equilibrista. João Bosco

Presentemente eu posso me considerar um sujeito de sorte
Porque apesar de muito moço, me sinto são e salvo e forte
E tenho comigo pensado, Deus é brasileiro e anda do meu lado
E assim já não posso sofrer no ano passado

Tenho sangrado demais, tenho chorado pra cachorro
Ano passado eu morri, mas esse ano eu não morro
Tenho sangrado demais, tenho chorado pra cachorro
Ano passado eu morri, mas esse ano eu não morro
Ano passado eu morri, mas esse ano eu não morro
Ano passado eu morri, mas esse ano eu não morro

Sujeito de Sorte. Belchior

O governo de João Baptista Figueiredo (1979-1985)

Entre 1979 e 1985, aprofundou-se o processo de redemocratização política no Brasil, sobretudo através das pressões populares. Com o fim do governo Geisel, Figueiredo foi o candidato indicado por ele para dar continuidade ao processo de abertura política de forma “lenta, gradual e segura”.

O desgaste do governo com as consecutivas crises e o aumento da inflação construíram um cenário no início da década de 1980 de aprofundamento das desigualdades e da pobreza.



Nesse período, cresciam as pressões não só pela redemocratização, mas também pela Lei da Anistia. Vários movimentos eclodiram no país, mantendo um clima de tensão e preocupação com a possibilidade de um retrocesso na retomada da democracia. Com um governo de seis anos, o então presidente precisou lidar com o descontentamento cada vez maior com o regime militar e mediar o interesse de uma ala mais radical das Forças Armadas que queriam se manter no poder.

Assim, em 1985, após diversos protestos, greves, campanhas e debates, a ditadura não conseguiu mais se sustentar. Encerrava-se no Brasil um ciclo de 21 anos de opressão, torturas, violência e autoritarismo por parte do Estado brasileiro.

A permanência da crise econômica

Em 1974, o lançamento do II PND visava a retomar o crescimento da economia brasileira, mas não obteve o sucesso esperado pelos militares. Ao invés disso, o plano manteve a crise, ampliando a dívida externa e aprofundando a pobreza e as desigualdades.

Para piorar ainda mais esse cenário, a economia global também não se encontrava em uma boa situação. Em 1979, mais uma **crise do petróleo** havia abalado o mundo e, em 1982, a moratória do México incentivou uma desconfiança do capital internacional em economias frágeis como a brasileira. Esse processo de crise levou ao que ficou conhecido como a “**Década Perdida**”, durante os anos de 1980, algo que foi uma realidade para toda a América Latina.

As condições econômicas para o crescimento ou para a estabilidade eram péssimas, e a classe operária foi a que mais sentiu o impacto. Assim, em 1978, buscando denunciar os arrochos salariais e as más condições de trabalho, o movimento trabalhista ganhou força no cenário político. As greves no ABC paulista superaram a Lei Antigreve de 1964 e desestabilizaram os últimos meses do governo de Geisel.

A reestruturação dos movimentos sociais também contou com a participação essencial do movimento estudantil, que, além de lutar contra o autoritarismo, pontuava a grande desigualdade social e o aumento do custo de vida.

Em 1979 e 1980, o chamado **Novo Sindicalismo** também mobilizou greves em Osasco, Guarulhos e São Bernardo do Campo, com a participação de metalúrgicos, bancários, professores, jornalistas, funcionários públicos e diversos outros grupos. Assim, desse movimento de luta contra os arrochos salariais e contra o autoritarismo militar, destacou-se a liderança de **Luís Inácio Lula da Silva**.

Apesar de ser comum ressaltar a greve no Estado de São Paulo, em outros locais do país também eclodiram greves durante o mesmo período com a intenção de reivindicar melhorias salariais e o fim da ditadura Militar.

Ainda nesse cenário, a mobilização de muitos desses trabalhadores e de militantes possibilitou o surgimento de novos partidos, como o Partido Democrático Trabalhista (PDT), em 1979, de Leonel Brizola, e o Partido dos

Trabalhadores (PT), em 1980, de Lula. Em 1983, a organização dos trabalhadores ainda criou a Central Única dos Trabalhadores (CUT) e, em 1986, a Confederação Geral dos Trabalhadores (CGT).

Outro movimento que despontou no período foi o **"Movimento contra a Carestia"** (MCC), ou Movimento do Custo de Vida (MCV), aonde uma série de grupos como as mães das periferias de São Paulo, entidades ligadas a igreja, organizações sociais e partidos que estavam na ilegalidade, se uniram para entregar um abaixo assinado com mais de 1 milhão de assinaturas ao governo Geisel, em 1978, reivindicando um aumento real do salário mínimo, o controle de preços de itens de primeira necessidade, a construção de creches e de infraestrutura básica para a população.

Pega a visão: chama a geografia aqui para o rolê e lembra que esse período foi marcado por um forte êxodo rural. É a partir da década de 1970 que o Brasil passa a ter uma população predominantemente urbana e isso se refletia nas demandas sociais, como visto acima.

Ainda vale ressaltar que o MVC contou com uma participação feminina massiva, especialmente de mulheres ligadas a periferia. Essa movimentação foi uma consequência da formação dos Clube das Mães da Zona Sul que, a princípio, surgiram ligados a oficinas de artesanato ofertadas pela Igreja Católica, mas que com o tempo foram se tornando importantes organizações políticas.

A própria participação de alguns setores da Igreja Católica na resistência contra a ditadura militar também está ligada ao surgimento de um movimento político dentro da instituição na década de 1960. A Teologia da Libertação surgiu nesse contexto de precarização das classes mais baixas e da implantação de governos autoritários na América Latina. O movimento nasce com a proposta de promover uma postura mais crítica com relação as desigualdades sociais, a concentração fundiária e o autoritarismo do período, com a defesa de que o Evangelho tem como preferência obrigatória os pobres.

BAIRROS PERIFÉRICOS				BAIRROS CENTRAIS			
Produto	outubro de 72	outubro de 73	porcentagem de aumento	Produto	outubro de 72	outubro de 73	porcentagem de aumento
Feijão	2,30	6,70	191%	Feijão	4,31	6,69	55%
Arroz	1,25	2,40	92%	Arroz	1,98	2,45	24%
Carne	7,00	15,00	114%	Carne	0,81	14,22	109%
Açúcar	0,85	1,25	47%	Açúcar	0,94	1,30	38%
Ovos	1,60	3,80	137%	Ovos	2,20	3,66	66%
Café	4,50	8,40	86%	Café	4,87	8,26	70%
Leite	0,75	1,50	100%	Leite	0,69	1,26	83%
Macarrão ...	1,26	3,30	161%	Macarrão ...	2,09	3,38	62%
Pão	0,60	0,90	50%	Pão	0,61	0,91	56%
Farinha	1,20	2,10	75%	Farinha	1,07	1,64	53%
Margarina ..	1,10	1,90	72%	Margarina ..	2,15	4,17	94%
Óleo	2,60	4,00	52%	Óleo	2,32	4,17	48%
Sabão	0,40	0,84	110%	Sabão	0,63	1,18	87%
Tomate	0,75	3,57	376%	Tomate	1,50	2,78	85%
Gás	13,90	17,00	32%	Gás	12,98	17,02	31%
Batata	0,85	2,90	241%	Batata	1,40	3,13	114%
Queijo	5,36	12,00	123%	Queijo	6,13	12,82	109%
Total do aumento: 120 por cento.				Total do aumento: 69 por cento.			

Um dos levantamentos de preços de produtos de primeira necessidade feito pelos Clubes das Mães.

Disponível em: <https://www.agenciainural.org.br/ha-mais-de-40-anos-clubes-de-maes-da-zona-sul-se-manifestavam-contrapolitica-economica-da-ditadura/>



Organização do Movimento Custo de Vida indo a Brasília, em 1978, entregar o abaixo assinado ao governo Geisel.
Disponível em: <https://mulherias.blogosfera.uol.com.br/2019/03/30/maior-movimento-feminino-contra-ditadura-veio-de-clubes-da-periferia/>

O processo de redemocratização

Como visto, o período de transição do governo Geisel para o de Figueiredo foi conturbado, uma vez que foi marcado pelo aumento das greves e manifestações sociais. A pressão popular e as reivindicações por mudanças geraram um cenário insustentável para a manutenção do autoritarismo, o que ajudou a acelerar a redemocratização, que seria “lenta, gradual e segura”.

O ano de 1979 foi particularmente importante. No dia 28 de agosto, após anos de luta e pressão de movimentos sociais, a **Lei da Anistia** foi aprovada, perdoadando todos os militantes e militares presos e exilados por cometerem crimes políticos.

Como já é de se imaginar, a discussão em torno da aprovação da lei também não foi uma tarefa simples, afinal havia pressões por parte dos militares para que a anistia se estendesse a eles. A ideia de uma anistia “ampla, geral e irrestrita” desagradou os grupos de oposição, uma vez que diversos crimes brutais haviam sido cometidos em nome da ditadura, e com a nova lei, as Forças Armadas não poderiam ser atingidas criminalmente. Assim, apesar da vitória nessa conquista, a lei também acabou perdoadando muitos torturadores e criminosos do Estado, enquanto os militantes acusados de atos terroristas ou de participarem da luta armada não receberam a anistia.

LEI DA ANISTIA (1979)

*exilados puderam
retornar ao país*

**ampla, geral
e irrestrita**

Pega a visão: em 2011, durante o governo Dilma, foi instalada a Comissão Nacional da Verdade para investigar as violações aos direitos humanos ocorridas durante o período de 1946 – 1985, com uma ênfase no período da ditadura militar. No entanto, devido à Lei da Anistia, mesmo que alguns fossem comprovadamente culpados, não seria permitida a punição pelos crimes cometidos.

Vale destacar que a Lei da Anistia já era uma reivindicação antiga da sociedade civil. Ainda na metade dos anos 70, a advogada Therezinha Zerbini fundou o Movimento Feminino pela Anistia, com importante participação nos debates e campanhas sobre o tema. Esse assunto também ganhou as torcidas organizadas como as do Flamengo e Corinthians, que se manifestavam nos estádios apoiando a anistia. Em 1978, enfim, foi criado o **Comitê Brasileiro pela Anistia**, também com forte participação política nessa luta.

Ainda em 1979, no mês de novembro, outra lei estremeceu as bases da ditadura, a Lei Orgânica dos Partidos Políticos, dessa vez **encerrando o bipartidarismo** político. A permissão de novos partidos foi uma das últimas tentativas de enfraquecer o MDB, através de sua fragmentação. No entanto, o plano acabou permitindo a participação política nas eleições de 1982 de partidos que surgiam nesse cenário, como:

- PDT;
- PT;
- PTB;
- PMDB, a nova face do MDB;
- Partido Democrático Social (PDS), composto por integrantes do ARENA.

PLURIPARTIDARISMO

novos partidos
formados

Porém, nem todo mundo estava feliz com o fim da ditadura e o processo de redemocratização, que acabou encontrando resistência na parte conhecida como “linha dura”, uma ala mais radical das Forças Armadas. A insatisfação dessa parcela de militares levou a uma série de atentados terroristas como uma tentativa de desestabilizar o governo e o processo de abertura política.

Um dos atentados foi a explosão da carta-bomba dentro da sede da OAB – Ordem dos Advogados do Brasil – no Rio de Janeiro em 1980. Outro ataque famoso foi o do Riocentro, em um evento em comemoração ao Dia do Trabalhador, em 1981.

Enfim, a retomada desses partidos e a organização de novas lideranças populares tiveram um importante impacto nas próprias manifestações urbanas. Nomes como Lula, Brizola e Ulysses Guimarães passaram a incentivar passeatas e campanhas na luta por eleições diretas para presidente, manifestações essas que ficaram conhecidas como as **Diretas Já**.

O apelo popular e as manifestações urbanas pela eleição direta ganharam espaço no Congresso, onde membros dos novos partidos passaram a debater a questão. Em 1983, a chamada **Emenda Dante de Oliveira** seria a responsável por sintetizar esse desejo nacional, mas, em votação, acabou não sendo aprovada, graças à pressão contrária do PDS.



Povo vai as ruas pedir a eleição direta para presidente. Disponível: <https://www.flickr.com/photos/fotosantigasrs/11017265083/in/photostream/>

Foi apenas em 1985 que, enfim, o ciclo de presidentes militares teve fim no Brasil. Na eleição indireta programada para janeiro desse ano, uma ala do PDS insatisfeita com a indicação do político Paulo Maluf criou a chamada **Frente Liberal**, que apoiou a candidatura de Tancredo Neves, do PMDB, em uma chapa com José Sarney como vice, chamada de **Aliança Democrática**.

Enfim, em janeiro de 1985 o Colégio Eleitoral, formado por membros do Congresso, votou em maioria na candidatura de Tancredo Neves, que foi eleito como o primeiro presidente civil da república após 21 anos de ditadura militar. No entanto, antes mesmo de sua posse, no dia 14 de março, foi internado com uma crise de apendicite, que teria se tornado em pouco tempo uma infecção generalizada. A condição do novo presidente impediu sua posse, que foi tomada por José Sarney, o vice, que acabou assumindo de forma permanente com a morte de Tancredo Neves no mesmo ano.

Exercícios



1. (Unesp, 2018) Em meados da década de 1970, as condições externas que haviam sustentado o sucesso econômico do regime militar sofreram alterações profundas.

(Tania Regina de Luca. *Indústria e trabalho na história do Brasil*, 2001.)

As condições externas que embasaram o sucesso econômico do regime militar e as alterações que sofreram em meados da década de 1970 podem ser exemplificadas, respectivamente:

- a) pelos investimentos oriundos dos países do Leste europeu e pelo aumento gradual dos preços em dólar das mercadorias importadas.
 - b) pela ampla disponibilidade de capitais para empréstimos a juros baixos e pelo aumento súbito do custo de importação do petróleo.
 - c) pelos esforços norte-americanos de ampliar sua intervenção econômica na América Latina e pela redução acelerada da dívida externa brasileira.
 - d) pela ampliação da capacidade industrial dos demais países latino-americanos e pelo crescimento das taxas internacionais de juros.
 - e) pela exportação de tecnologia brasileira de informática e pela recessão econômica enfrentada pelas principais potências do Ocidente.
2. (Unimontes MG/2015) O motivo que levou milhares de pessoas às ruas em todas as cidades brasileiras, no movimento chamado Diretas Já, foi:
- a) o ideal de restabelecer o pluripartidarismo devido ao esvaziamento político da ARENA e do MDB pela renúncia dos eleitos.
 - b) a necessidade de eliminar os senadores biônicos eleitos indiretamente pelo governo e de tornar menos atuante a censura.
 - c) o desejo de restabelecer a normalidade de um processo eleitoral democrático, comum aos brasileiros desde 1946 e cerceado após 1964.
 - d) o desejo de lutar para que os exilados políticos voltassem ao país e que os agentes do serviço secreto recebessem as punições.



3. (UFPR – 2019) Leia o seguinte trecho de um texto sobre as Comissões da Verdade na América Latina nos séculos XX e XXI: A América Latina é um rico cenário para exemplos de como o reconhecimento e a responsabilização podem se mostrar custosos. Leis de anistia feitas pelos próprios governos militares foram muito comuns. No Brasil, a lei foi aprovada em 1979 [...]. Em muitos países da América Central e do Sul, há uma tradição de impunidade e esquecimento. Soldados e membros das forças de segurança torturaram e mataram centenas de pessoas sem medo de punição. Na Guatemala, Peru e Colômbia, as cortes militares se recusavam a condenar oficiais acusados de violações aos direitos humanos [...]. No entanto, devido à pressão de setores importantes da sociedade civil, a maioria dos governos democráticos tem revisto a opção pela amnésia e criado comissões de verdade para investigar as violações ocorridas.

(PINTO, Simone Rodrigues. *Direito à Memória e à Verdade: Comissões de Verdade na América Latina*. *Revista Debates*, Porto Alegre, v. 4, n. 1, jan.-jun. 2010, p. 133-134.)

A partir do excerto acima e dos conhecimentos sobre a história política do Brasil nas décadas de 1960 a 1980, responda:

- a) O que foi a lei da anistia no Brasil em 1979, a quem ela afetou e de que forma? Tendo em vista os trabalhos da Comissão Nacional da Verdade no Brasil entre 2012 e 2014, a lei da anistia foi revogada em nosso país após a divulgação dos resultados da Comissão?
 - b) O que foi o processo da chamada “abertura” política, iniciada a partir de 1974, quais foram as suas características e quem foram os atores sociais envolvidos e com quais interesses?
-

4. (Fuvest, 2019) Examine a tabela:

Porcentagem da variação do desempenho econômico do Brasil

Anos	Produto Interno Bruto (PIB)	Indústria	Agricultura
1971	12,0	12,0	11,3
1972	11,1	13,0	4,1
1973	13,6	16,3	3,6
1974	9,7	9,2	8,2
1975	5,4	5,9	4,8
1976	9,7	12,4	2,9
1977	5,7	3,9	11,8
1978	5,0	7,2	-2,6
1979	6,4	6,4	5,0
1980	7,2	7,9	6,3
1981	-1,6	-5,5	6,4
1982	0,9	0,6	-2,5
1983	-3,2	-6,8	2,2
1984	4,5	6,0	3,2

FISHLow, A., Uma história de dois presidentes: a economia política da gestão da crise. STEPHAN, A. (org), *Democratizando o Brasil*. Rio de Janeiro: Paz e Terra: 1988, p. 144

Os dados da tabela referem-se a anos transcorridos durante a Ditadura Militar no Brasil. O desempenho econômico nesse período entrelaçou-se ao panorama político do país. Nesse sentido, é correto afirmar:

- a) Os sinais de esgotamento do “milagre brasileiro”, associados à crise internacional do petróleo entre 1973 e 1974, foram os responsáveis pelo recrudescimento da política repressiva dos governos militares.
- b) As eleições pluripartidárias de 1982 ocorreram em meio à recessão de 1981 e 1983, no governo de João Baptista Figueiredo, e caracterizaram-se como um passo importante no processo de democratização do país.
- c) A crise internacional do petróleo de 1979 e seus efeitos na economia brasileira provocaram uma queda abrupta no PIB nacional e o fim imediato do regime, por falta de sustentação política.
- d) As oscilações do PIB brasileiro, registradas na tabela, correspondem igualmente às variações das taxas de crescimento e retração na indústria e na agricultura e aos processos de intensificação da repressão política e da censura.
- e) A crise internacional do petróleo de 1979 não afetou a agricultura brasileira, mas coincidiu com as primeiras eleições pluripartidárias desde 1966, marcadas pela estrondosa vitória dos partidos de oposição.

5. (Fuvest SP/2015) Em 25 de abril de 1984, a Câmara dos Deputados do Brasil rejeitou a Emenda Constitucional que propunha o restabelecimento das eleições diretas para a presidência da República. Durante quase nove meses, situação e oposição realizaram articulações políticas, visando à escolha do novo presidente. Em 15 de janeiro de 1985, Tancredo Neves foi eleito presidente do Brasil por um Colégio Eleitoral.

- a) Explique em que consistia esse Colégio Eleitoral e como ele era composto.
- b) Identifique e caracterize a articulação política vitoriosa na eleição presidencial de 1985.

Gabaritos

1. **B**

O sucesso inicial do milagre econômico no final da década de 1960 e início dos anos 70 está relacionado a oferta de capital estrangeiro para investimento na América Latina. Capital esse que na metade dos anos 70 e anos 80 não continuou disponível por conta das crises do petróleo e de situações como a moratória do México.

2. **C**

O movimento das Diretas-Já teve como ambição a retomada democrática brasileira, com o retorno voto direto dos cidadãos para presidente após 21 anos de ditadura militar.

3.

a) A Lei da Anistia foi uma lei que perdoa os crimes políticos cometidos tanto por militantes da oposição à ditadura quanto por militares, no entanto, apesar de perdoar amplamente os militares, inclusive os acusados de terrorismo, ela não concedeu a anistia aos militantes condenados por crimes de terrorismo ou por participação em lutas armadas. Como ela afeta principalmente os militantes e permite a impunidade a torturadores, existe um movimento que pede uma revogação parcial da lei, no entanto, essa revogação nunca ocorreu.

b) O processo de abertura política foi a redemocratização da política brasileira de forma “lenta, gradual e segura”, conduzida pelos militares, visando repassar o poder novamente aos civis. Os principais atores sociais envolvidos foram militares da linha castelista, que realizaram a transição conservadora, políticos do MDB, que organizaram a Aliança Democrática no Congresso e lideranças populares como Brizola, Lula e Ulysses Guimarães.

4. **B**

A tabela indica que em 1981 houve uma forte recessão, com taxa de 1,6%, enquanto em 1983, podemos observar -3,2%, indicando, portanto, que as eleições de 1982 ocorreram em condições de forte crise econômica, mas, ainda assim, representaram um progresso, pela volta do multipartidarismo e pela redemocratização.

5.

a) O Colégio Eleitoral foi um órgão composto por membros do Congresso e delegados de Assembleias Legislativas e era responsável, durante a ditadura, por eleger os presidentes de forma indireta.

b) Na eleição de 1985, políticos dissidentes do PDS, que discordavam da candidatura de Paulo Maluf, formaram a Frente Liberal, que passou a apoiar a candidatura de Tancredo Neves, do PMDB, em uma chapa com José Sarney, conhecida como a Aliança Democrática.

América Latina no Século XX - Parte I

Teoria

A América Latina no século XX.

A história da América é marcada por uma trajetória de momentos conturbados e sangrentos conflitos. Pensando desde a colonização espanhola e observando a formação do que atualmente conhecemos como a América Latina, esse grande território dominado pela diversidade convive até hoje com suas “veias abertas”, como ressaltou o pensador uruguaio Eduardo Galeano.

No século XIX, a consolidação dos Estados independentes e a formação das fronteiras foram marcados por disputas militares e diplomáticas e pela forte interferência de potências como a Inglaterra. Ainda nesse contexto, grupos liberais e conservadores também apresentaram diversas disputas no interior de países, visando ao domínio da formação de nações independentes que garantissem os interesses de determinados grupos.

O século XX, portanto, manteve muitas dessas disputas, mas também apresentou um leque de novas tensões, sobretudo sociais e políticas. Com a ascensão de movimentos camponeses e operários, com a formação de governos socialistas no mundo e com a própria Guerra Fria, muitas novas tensões se formaram internamente.

Nesse contexto, processos como a Revolução do México e a Revolução Cubana, por exemplo, movimentaram milhares de trabalhadores em prol de reformas sociais e nacionalistas. Por outro lado, apesar das esperanças revolucionárias, em muitos casos as mudanças sociais foram acompanhadas por ditaduras. O governo socialista cubano, por exemplo, promoveu profundas mudanças estruturais na ilha que conviveu historicamente com o domínio imperialista. Além disso, mesmo alguns governos autoritários alinhados ao capitalismo, como o de Juan. D. Perón e o de Getúlio Vargas, também chegaram a garantir benefícios aos trabalhadores e o descontentamento norte-americano, mas sem aprofundar as estruturas de tais sociedades.

Nesse ponto, vale destacar que, ao longo do século XX, as interferências norte-americanas na América se tornaram constantes. O imperialismo dos EUA se aprofundou durante a Guerra Fria, chegando a promover golpes de Estado e ditaduras militares, visando a garantir seus interesses geopolíticos na região, sobretudo após a Revolução Cubana.

A Revolução Mexicana

O México no século XIX

A Revolução Mexicana é considerada um dos grandes movimentos políticos e sociais ocorridos no início do século XX. Com características e interesses diversos, a revolução abarcou uma série de ideologias, como o anarquismo, o liberalismo e o socialismo. Dentro de uma conjuntura de intensa desigualdade social nos países latino-americanos, a experiência revolucionária se tornou um possível exemplo para o restante do continente, devido às similaridades entre as contestações sociais, econômicas e políticas.

Para entender o contexto em que esse processo revolucionário esteve inserido e a sua dimensão histórica, é essencial retomar um pouquinho da história mexicana no século anterior a sua eclosão.

Após conquistar sua independência em 1821, o Estado-Nacional mexicano virou um campo de disputas de projetos políticos distintos das elites criollas e foi marcado pela instabilidade política, social e econômica. Assim como boa parte da América Latina, as disputas também giravam em torno dos defensores do liberalismo e do conservadorismo, embora com questões bem distintas, como veremos a seguir.

Os **liberais** defendiam um sistema republicano, a implantação de medidas econômicas, culturais e sociais modernizadoras, a separação entre o Estado e a Igreja, a liberdade religiosa, o positivismo, o federalismo e a laicização do sistema educacional. Já os **conservadores** apoiavam o sistema monárquico, a manutenção do domínio ideológico, religioso e social da Igreja Católica, a manutenção das estruturas coloniais, uma forte militarização e um Estado centralizador.

Importante destacar que a **população indígena** no México era numerosamente presente e seu futuro também estava incluído nas discussões sobre a construção do Estado mexicano. Enquanto os liberais queriam encontrar formas de “assimilar” esses grupos originários no seu projeto de nação e na produção capitalista, os conservadores queriam mantê-los na mesma condição em que foram colocados durante a colonização espanhola, nos pueblos.

Esses eram os planos de formação dos grupos que dominavam a política mexicana, e isso não implica em uma aceitação imediata por parte dos indígenas. Ao longo do século XIX ocorreram uma série de levantes e revoltas contra essas imposições, contra a privatização de suas terras e a péssima condição a que estavam sendo submetidos.

Apesar de todas as divergências, ambos os projetos políticos não incluíam a população como um agente ativo na política, muito pelo contrário, e nem tinham a pretensão de romper com a hierarquia social que já estava estabelecida no país. Nessa conjuntura, a **Igreja Católica** era extremamente poderosa e exercia um papel predominante dentro da sociedade mexicana. Além de possuir vários privilégios, a instituição era uma das principais detentoras de terra no país recém-formado.

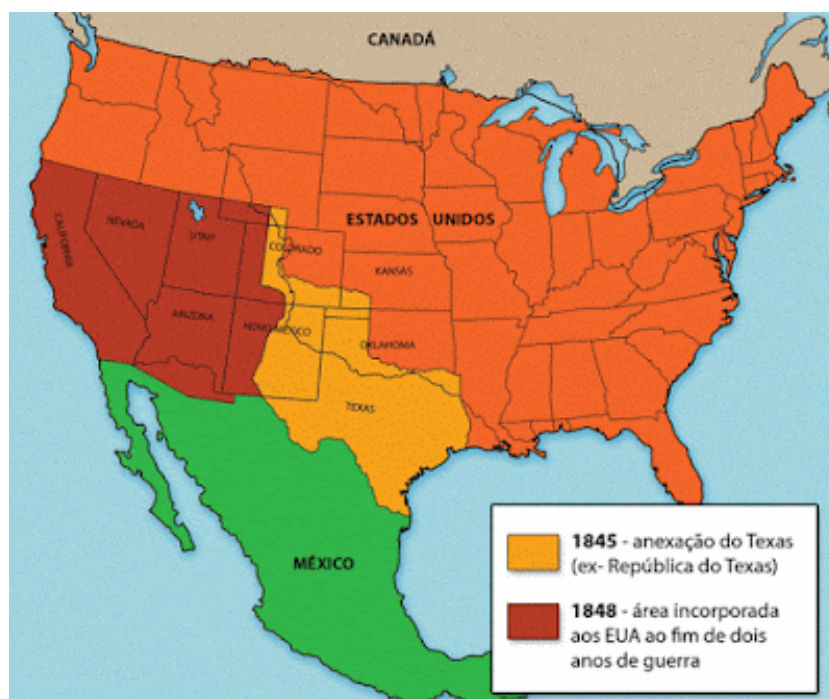


Até o conflito com os Estados Unidos na **Guerra Mexicano-Americana (1846 -1848)**, o projeto conservador predominou no país. O desentendimento entre as duas nações já vinha crescendo desde o ano de 1820, uma vez que o país que nasceu no ano seguinte havia “herdado” os territórios que pertenciam aos espanhóis na vice-capitania da Nova Espanha. Porém, algumas terras haviam sido ocupadas por norte-americanos, por autorização da Espanha, um pouco antes da independência mexicana, como o Texas.

Pega a visão: lembrem que nesse momento os Estados Unidos estão fazendo a Marcha para o Oeste e ocupando territórios no continente americano através de compra, de ocupação ilegal ou de guerras. Dentro desse contexto expansionista, o Corolário Polk foi decretado pelo presidente dos EUA, James Knox Polk, e defendia que qualquer país que quisesse se anexar ao território norte-americano era bem-vindo.

A relação dos norte-americanos que ocupavam o Texas com o governo mexicano foi se deteriorando ao longo da década de 1820 e 1830, até que, na década de 1840, os Estados Unidos invadem o México, com a justificativa de defender o interesse do Texas em se tornar uma região independente e se associar com os norte-americanos. Contudo, essa invasão resulta no domínio de territórios muito maiores do que aqueles que de fato pertenciam ao Texas.

O conflito chega ao fim com a assinatura do Tratado Guadalupe-Hidalgo e com um saldo negativo para os mexicanos, que perderam quase metade do seu território para os EUA e em troca receberam uma indenização de baixo valor.



Mapa do território mexicano após o fim do conflito com os Estados Unidos.

Disponível em: <http://sou-cesar.blogspot.com/2018/11/guerras-entre-estados-unidos-e-mexico.html>

Todo esse contexto de perda na guerra e descrença no governo conservador levou à Revolução de Ayutla, em 1854, e à chegada dos liberais ao poder, no processo que ficou conhecido como a Reforma Liberal. Todas essas reformas liberais foram sintetizadas na nova Constituição de 1857 e garantiam as bases para o desenvolvimento econômico, social, cultural e educacional almejado pelos liberais.

Contudo, os anos seguintes foram marcados por uma guerra civil, com a tentativa dos conservadores de retomar o poder, e contaram com a intervenção dos franceses e a chegada de um imperador austríaco na década de 1860. Ao fim, em 1867, o partido liberal acabou se consolidando no poder e promovendo uma série de reformas, como a secularização do Estado, a retirada dos privilégios da Igreja, a nacionalização dos territórios e bens eclesiásticos, a desapropriação das terras comunais indígenas, a separação dos três poderes, entre outras coisas.

Essas reformas modernizantes e liberais permitiram uma instalação mais ágil das bases capitalistas no país, mas entraram em choque com as estruturas tradicionais, como os pueblos, que já existiam no México. O modo de vida dos indígenas e a sua formação social e territorial não casavam com o ideal de nação imaginado pelos liberais, e isso, obviamente, se tornou um dos fatores para a eclosão de uma revolução popular alguns anos depois.

“Porfiriato” - (1876 – 1911)

É nesse cenário conturbado que o caudilho Porfirio Díaz chega ao poder e governa por quase 35 anos. É durante o seu período de governo, conhecido como “**porfiriato**”, que se consolida o projeto de Estado liberal e republicano. Díaz conseguiu suplantar o momento de caos político e social em que país se encontrava e, baseado nas ideias positivistas, colocar em prática os planos de modernização da sociedade mexicana.

Ainda que liberal, Porfirio se reaproximou de setores da Igreja Católica, dos militares e dos latifundiários para governar o país. Ocorreu a promoção da melhoria da infraestrutura do país, com investimentos em ferrovias

e portos, por exemplo, e o investimento no processo de industrialização. Nesse período, o México alcançou uma das maiores taxas de crescimento da América Latina.

Contudo, todo esse desenvolvimento foi viabilizado com investimentos e empréstimos estrangeiros, o que levou a um domínio de boa parte dos setores estratégicos do país, como a exploração de petróleo, por parte do capital externo. A forte “presença” estrangeira no país e a dependência econômica foi gradativamente descontentando parte das classes médias e altas com o governo de Porfirio Díaz.

Esse crescimento econômico ocorreu de forma desigual, e por isso, juntamente com ele, cresceu a desigualdade social. A condição de vida da população pobre e sobretudo indígena era precária, uma vez que os pueblos foram sendo gradativamente espoliados e perdendo sua condição enquanto uma organização detentora de direitos.



A situação se tornou ainda mais complicada com a Promulgação da **Lei dos Baldios** (1893 – 1902), uma vez que o governo passou a exigir um documento para a comprovação de posse do território ocupado, e como os indígenas muitas vezes não possuíam tal documento, o governo confiscava essas terras. Essas expropriações favoreceram a concentração latifundiária nas mãos de grandes proprietários mexicanos e investidores estrangeiros, enquanto uma boa parte da população foi perdendo o seu direito de acesso às terras comunais.

Somando-se a isso, no âmbito político, cresciam as insatisfações com o regime antidemocrático de Porfirio Díaz, que se reelegeu sete vezes consecutivas. Suas eleições eram marcadas por acusações de **fraudes eleitorais**, controle do aparato eleitoral e medidas corruptas, a fim de que se mantivesse no poder. Como se tratava de um governo ditatorial, ainda havia a importante questão da repressão e censura à população por parte do governo. Toda essa situação foi se agravando com a crise econômica que o país enfrentou no início do século XX.

Movimento revolucionário

Em 1910 acabava mais um mandato do então presidente, com as relações extremamente desgastadas. Ele, a princípio, havia dito que não tentaria a reeleição. Contudo, ao perceber uma forte movimentação política de seus opositores, Porfirio resolve voltar atrás e disputar as eleições contra **Francisco Madero**.

Madero tentou se eleger democraticamente, lançando-se às eleições presidenciais; no entanto, não foi nada fácil disputar o processo eleitoral, uma vez que, temendo a derrota, o ditador prendeu o seu opositor e mais uma vez se reelegeu.

Não aceitando a derrota, por acreditar que o presidente havia fraudado as eleições, Madero foge da cadeia e parte para os Estados Unidos, onde proclamou o **Plano de San Luís Potosí**. O plano consistia na convocação do povo mexicano para pegar em armas e lutar contra a posse de Porfirio Díaz.

Os camponeses, que estavam descontentes com a política direcionada a eles e já se organizavam em movimentos reivindicando a reforma agrária, a valorização da cultura dos indígenas e melhores condições de vida, formaram um exército armado com o lema **Tierra y libertad**. Liderados por Pancho Villa (Norte) e Emiliano Zapata (Sul), pegaram em armas e ajudaram a derrubar Díaz para colocar Madero no poder. Entretanto, quando Francisco Madero assumiu o poder, ignorou a principal reivindicação camponesa e a sua principal promessa de campanha, a **reforma agrária**, o que acabou gerando indignação entre os trabalhadores rurais.



Mulheres que faziam parte do exército revolucionário.

Disponível: <https://www.durangomas.mx/2017/09/quien-fue-la-adelita-de-la-revolucion-mexicana/>

Zapatismo e a Reviravolta

Descontentes com Madero, que não havia cumprido suas promessas eleitorais, uma boa parte do campesinato se voltou contra o presidente. Assim, dentro desse contexto, Emiliano Zapata lançou o **Plano de Ayla** no dia 25 de novembro de 1911. Em seu prefácio, o revolucionário afirma:

“Nós, abaixo assinados, constituídos numa junta revolucionaria para sustentar e cumprir as promessas que a revolução recente de 20 de novembro de 1910 fez ao país declaramos solenemente frente ao mundo civilizado que nos julga e frente à nação a que nós pertencemos e que nós amamos, proposições que nós formulamos a fim de acabar com a tirania que nos oprime e resgatar a pátria de ditaduras que estão impostas sobre nós...”

Disponível em: <https://edisciplinas.usp.br/mod/resource/view.php?id=2649879>

Além de declarar que Francisco Madero havia traído o movimento que o ajudou a chegar ao poder, dentre os principais pontos do documento, podemos destacar:

- reforma agrária imediata;
- expropriação de 1/3 dos latifúndios com indenização;
- nacionalização dos bens daqueles que não apoiassem a reforma agrária.

Contudo, como toda boa novela, ocorreu uma reviravolta na revolução mexicana: Madero, que estava cada vez mais pressionado, foi assassinado em 1913, e o General Huerta assumiu o poder. Zapata e Pancho Villa, que eram oposição, se aliaram a Venustiano Carranza, promovendo um movimento em defesa da Constituição com o **Plano Guadalupe**, que tinha como principal objetivo derrubar Victoriano Huerta da presidência.

Com a ajuda do exército revolucionário liderado por Villa e Zapata, Carranza consegue invadir a capital e derrotar as tropas de Huerta, que acabou fugindo do país. Mas vale ressaltar que essa aliança foi temporária,

e logo após a chegada do novo presidente ao poder, os líderes camponeses voltam a fazer oposição a ele. Ambos foram duramente perseguidos e mortos apenas alguns anos depois.

Carranza ascende ao poder e passa a ocupar o cargo de presidente em 1916. Convocando uma Assembleia Constituinte, promulga uma nova **Constituição em 1917**, que é considerada um marco na defesa dos direitos sociais como direitos fundamentais de uma sociedade. Como forma de tentar barrar a possibilidade de novos governos como de Porfirio Díaz, a nova Carta proibiu o direito de reeleição e assegurou os direitos políticos da população.

O documento ainda garantiu o direito dos trabalhadores com medidas importantes como o direito de associação, um salário-mínimo, uma jornada de oito horas de trabalho, o direito à greve e a limitação do trabalho infantil. Tais medidas elevaram os direitos trabalhistas à condição de direitos fundamentais e levaram à regulamentação das relações trabalhistas no país.

Além disso, a nova Constituição tratou de cercear e regulamentar a ação da Igreja Católica dentro do México, com a instituição de uma educação pública laica, a proibição de clérigos ocuparem cargos políticos e a restrição ao direito de propriedade das organizações religiosas.

Com um forte caráter nacionalista, a Carta Magna ainda previa a nacionalização do solo e do subsolo mexicano, estabelecendo uma diferença entre as terras que deveriam ser de domínio público e aquelas que poderiam ser destinadas à compra. Essas leis se tornaram fundamentais para a discussão em torno da redistribuição de terras no país, que era a principal reivindicação dos exércitos revolucionários. Assim, ainda que não tenha sido exatamente o projeto idealizado pelos camponeses, o México foi o primeiro país da América Latina a promover uma reforma agrária.

Indicação é bom e todo mundo gosta: todo esse processo revolucionário influenciou diretamente nos processos artísticos, sociais e culturais após a Revolução Mexicana. Com a intenção de aproximar a arte da população e resgatar os valores e a cultura indígena, o “muralismo” surgiu no período como forma de retratar a história do povo mexicano, a luta revolucionária e o combate ao autoritarismo.

Exercícios



1. (UFU-2007) Considere as informações a seguir.

A imagem adiante é um fragmento do mural pintado por Diego Rivera, intitulado "En el Arsenal", no qual o artista retrata, entre outros amigos, Frida Kahlo, distribuindo espingardas e baionetas aos trabalhadores. Na margem esquerda, vê-se David Siqueiros (colega e correligionário de Rivera) com o uniforme de capitão, cargo que tinha ocupado nos anos da Revolução. Na margem direita, Julio Mella distribui cartucheiras e, ao seu lado, está sua companheira Tina Modotti, fotógrafa e ativista comunista no México, na União Soviética e na Guerra Civil espanhola.



Diego Rivera, "En el arsenal" (1928). Mural, color, 2,03 X 3,98 m. (detalhe) Secretaría de Educación Pública.

A pintura mural foi exaltada, por diversos governos na primeira metade do século XX, como expressão nacional vital. Especialmente no continente americano, os murais estiveram no centro das discussões em torno da existência e pertinência de uma arte social, cujo caráter de protesto e de denúncia era inerente às manifestações artísticas engajadas diretamente no processo político. Essas manifestações artísticas almejavam tornar-se instrumento de transformação da sociedade. A partir da imagem e das referências apresentadas responda:

- Essa imagem se refere a que movimento social? Quais são as principais características desse movimento?
- Quais categorias sociais tiveram atuação no movimento e estão representadas na pintura?

2. (UFRJ-2011)



Fonte: Orozco, José Clemente. Zapatistas (detalhe). Museu de Arte Moderna de Nova York/ AKG Berlim LatinStock, 1931.

Há exatos cem anos teve início a Revolução Mexicana, que ocasionou profundas mudanças na sociedade nas primeiras décadas do século XX. Explique um fator que tenha contribuído para a deflagração da Revolução Mexicana.



3. (UERJ-2017) Se há apenas cinco ou dez anos dissessem a alguém em Cuba que um presidente norte-americano visitaria a Ilha, a resposta seria um sorriso irônico; mas se fosse mencionada a possibilidade de ver os Rolling Stones tocando em Havana, a reação teria sido uma gargalhada – ou um grito, se a pessoa assim informada tivesse seus 60 ou 70 anos de vida. Porque aqueles que fomos jovens em Cuba na década de 1960 dificilmente esqueceremos as críticas políticas quando confessávamos ouvir os Beatles ou os Stones. Quem poderia ter previsto? Definitivamente, os tempos estão mudando.

LEONARDO PADURA. Adaptado de Folha de S. Paulo, 12/03/2016.

As considerações do escritor sobre a sociedade cubana indicam que, na década de 1960 e no momento atual, as diferenças entre as condições de vida são contextualizadas, respectivamente, pelos seguintes aspectos das relações internacionais:

- a) expansão mundial de regimes totalitários – supremacia das concepções neoliberais
- b) crescimento da influência global soviética – afirmação da hegemonia norte-americana
- c) bipolaridade entre capitalismo e socialismo – multipolaridade da ordem econômica
- d) política externa independente na América Latina – integração das nações subdesenvolvidas



4. (UERJ-2010) O problema agrário está na base dos conflitos sociais e políticos da História do México, desde a independência até a revolução. Todas as tentativas de mudança estrutural - Independência, Reforma, Porfiriato, Revolução - decorrem da necessidade essencial de resolver essa questão-chave.

AMÉRICO NUNES Adaptado de As revoluções do México. São Paulo: Perspectiva, 1980.

Identifique o problema agrário ao qual se refere o autor do texto e estabeleça sua relação com a Revolução Mexicana de 1910.

5. (Fac. Albert Einstein - Medicina 2017) O quadro apresenta fatos ocorridos em alguns países da América entre as décadas de 1950 e 1980.

1954	Guatemala e Paraguai	- a intervenção direta dos Estados Unidos resulta na derrubada do presidente Jacobo Arbenz, da Guatemala. - general Alfredo Stroessner comanda um golpe que depõe o presidente paraguaio Federico Chávez. - até o fim do ano, 13 países da América Latina são dominados por militares.
1962	Argentina	militares depõem o presidente Arturo Frondizi. Observação: entre 1955 e 1976, a maioria dos presidentes argentinos não chegou ao final de seus mandatos, abreviados por golpes militares.
1964	Brasil	golpe militar derruba o presidente João Goulart.
1968	Peru	- uma junta militar liderada pelo general Juan Velasco Alvarado instala-se no poder ao depor o líder Belaunde Terry. - nacionalizou a empresa International Petroleum Company e promoveu uma reforma agrária.
1973	Uruguai e Chile	- governo democrático do Uruguai, liderado pela Frente Ampla é deposto pelos militares. - no Chile, uma ação militar cerca o presidente Salvador Allende, que se suicida. Assume o general Augusto Pinochet.
1978	República Dominicana	As ditaduras começam a perder prestígio a partir de 1977, com a política de valorização dos direitos humanos do presidente americano Jimmy Carter. Uma das primeiras a cair foi a da República Dominicana, que teve início em 1965, com a invasão do país por 22 mil soldados da Organização dos Estados Americanos.
1979	Nicarágua	- revolução popular provoca um golpe de esquerda na Nicarágua, e depõe Anastasio Somoza, ditador desde 1967. - Daniel Ortega, o novo presidente, passa a enfrentar uma contra-revolução apoiada pelos Estados Unidos.
1982	Bolívia	- em 1982, depois de 18 anos de governos militares, Hermán Ziles Zuazo assume a presidência, iniciando um período de legalidade constitucional. - com a renúncia de Zuazo, eleições são convocadas em 1985. - Estenssoro, escolhido pelo congresso, implanta reformas neo liberais.

Adaptado de: <http://guiadoestudante.abril.com.br/estudo/ditaduras-da-america-latina/>. Acesso em 07/05/17, 15hs05.

A partir dos dados fornecidos, é possível afirmar que:

- os países sul-americanos passaram por um processo de estabilização política resultante da interferência norte-americana, que garantiu o auxílio econômico necessário aos governos militares para promover o desenvolvimento nacional.
- os países da América Central vivenciaram a estabilidade democrática, enquanto toda a América do Sul passou por ditaduras pessoais de civis vinculados ao caudilhismo e aos EUA, que lhes fornecia o apoio político e econômico.
- os EUA lideraram o processo de redemocratização dos países latino-americanos, apoiando as campanhas de candidatos liberais contra os que eram subsidiados pela URSS, no contexto da Guerra Fria.
- os países latino-americanos vivenciaram um período de instabilidade caracterizado pela presença dos militares na política, pela substituição de regimes democráticos por ditaduras, e pela interferência norte americana, tanto nos golpes quanto nos processos de redemocratização.

Gabaritos

1.
 - a) A imagem se refere à Revolução Mexicana, movimento que reivindicou, entre 1910 e 1917, diversas pautas, dentre elas a derrubada da ditadura de Porfírio Díaz, a realização de reformas agrárias e a ascensão de ideias liberais.
 - b) O movimento teve uma atuação diversificada, envolvendo camponeses, indígenas, parte do operariado, militares, intelectuais e até mesmo latifundiários dissidentes do porfiriato.
2. Diversos fatores podem ser citados e explicados, como a grande concentração fundiária promovida pelo porfiriato, que deixou poucas terras para camponeses e indígenas, o tom autoritário de seus governos e as eleições manipuladas que desagradaram parte da classe média liberal, a queda no crescimento econômico do país, a forte desigualdade social e as diferenças regionais.
3. **C**

Enquanto nos anos 60 o regime cubano estava inserido em um contexto de Guerra Fria, com a bipolarização entre os países capitalistas e socialistas, atualmente, com o fim da Guerra Fria, há a predominância de uma realidade multipolar, sem as influências soviéticas.
4. A questão apresenta o problema da concentração fundiária e o desejo dos camponeses e indígenas por uma reforma agrária profunda, o que mobilizou esses grupos a lutarem na Revolução Mexicana de 1910, contra o governo de Porfírio Díaz, responsável pelas políticas de desigualdade e concentração de terras.
5. **D**

Como podemos observar pelo quadro, a realidade da América Latina no século XX foi a de grandes problemas sociais, do crescimento de movimentos operários e camponeses, da luta por reformas e da atuação de militares conservadores e dos EUA na resistência contra o avanço desses movimentos, o que promoveu o surgimento de diversas ditaduras.

América Latina no Século XX - Parte II

Teoria

A Revolução cubana (1959)

A independência de Cuba (1898)

Enquanto muitos países da América colonial espanhola concluíram seus processos de **independência** ainda no início do século XIX, Cuba emancipou-se em 1898. O processo revolucionário, liderado pelo poeta José Martí, foi realizado após outras tentativas de independência, que aconteciam desde 1868. No entanto, apenas em 1898, após os sucessos da guerrilha cubana e da vitória dos Estados Unidos na **guerra Hispano-americana** que, enfim, Cuba conquistou sua independência.

Entretanto, o apoio norte-americano não foi gratuito. A política do *Big Stick*, em alta após a Guerra de Secessão, impôs de forma violenta os interesses dos Estados Unidos sobre a ilha caribenha. Logo na primeira **Constituição cubana** (1901), já era implementado a **Emenda Platt**, garantindo constitucionalmente o imperialismo americano em Cuba. Além disso, uma área de 117 km², conhecida como a Baía de Guantánamo, foi cedida aos Estados Unidos.

Assim, a independência política cubana foi limitada graças à dependência que passou a ter dos Estados Unidos. A Emenda Platt permitia que os Estados Unidos interferissem constitucionalmente nas decisões políticas e econômicas da ilha. Esse dispositivo possibilitou, inclusive, que Cuba se tornasse durante 58 anos um local estratégico para empreendimentos ilegais de empresários e mafiosos norte-americanos

Desta forma, traficantes de drogas e bebidas, assassinos, donos de cassinos e casas de prostituição, políticos corruptos e todos os tipos de atividades ilegais nos Estados Unidos eram realizados em Cuba. Havia também uma forte presença de empresas norte-americanas no local, dominando as principais fontes de riquezas naturais e utilizando a mão de obra cubana com baixos salários. Essas atividades eram, enfim, propositalmente negligenciadas pelo governo local, que colaborava com os interesses do Norte, mantendo o país subdesenvolvido e dependente.

Entre 1934 e 1959, o ditador **Fulgêncio Batista** foi o principal nome desse sistema de submissão e opressão ao povo cubano. Durante sua ditadura, Cuba vivenciou o auge relação, enquanto a população legal vivia no desemprego e em condições de desigualdade absurdas. Logo, visando reagir contra esse imperialismo e a ditadura de Batista, um grupo de guerrilheiros, em 1959, iniciou o processo conhecido como a **Revolução Cubana**

EMENDA PLATT

*intervenção militar
restrição das relações
comerciais com outros países*

O Movimento 26 de julho

Durante a década de 1950, o imperialismo norte-americano e os abusos de Fulgêncio Batista esgotaram as relações do governo cubano com o povo, sobretudo com a parcela pequena da classe média. Foi neste cenário, então, que uma luta armada surgiu com propostas de resistência e luta contra a dominação política.

Liderado pelo advogado Fidel Castro, o movimento inicial foi uma catástrofe, mas serviu como experiência para os sucessos futuros. Uma das primeiras ações do grupo liderado por Fidel foi a tentativa de invasão aos quartéis de **Moncada** e **Bayamo**. No dia 26 de julho de 1953, os guerrilheiros tentaram assaltar as bases militares para ter acesso às armas de fogo guardadas no local. Entretanto, os guerrilheiros de Fidel e Raúl Castro foram massacrados, com ambos sendo presos e, posteriormente, anistiados e exilados no México.

No México, em 1955, Fidel Castro conheceu um jovem médico argentino, que viajava de moto pela América. Apelidado de “Che”, Ernesto Guevara se juntou aos irmãos Castros e a Camilo Cienfuegos, fundando o **Movimento 26 de Julho (M-26-7)**, em homenagem ao assalto aos quartéis de Moncada e Bayamo.

O movimento tinha como objetivo reunir um grupo de guerrilheiros com treinamento militar avançado para finalmente derrubarem Fulgêncio Batista em uma revolução nacionalista e antiamericana. Visto isso, o grupo foi treinado pelo militar Alberto Bayo (que havia lutado na Guerra Civil Espanhola) e, no dia 2 de dezembro de 1956, desembarcou em Cuba, dando início a nova fase do processo revolucionário.



A guerrilha de Serra Maestra

Ao desembarcarem em Cuba, os guerrilheiros do M-26 encontraram diversas dificuldades. Além do atraso no desembarque, do baixo número de soldados e dos confrontos contra o exército cubano, o M-26 também precisou lidar com as inúmeras baixas logo nos primeiros dias.

Entretanto, a estratégia traçada pelas lideranças do movimento acabou tendo sucesso. Fidel e seus companheiros se estabeleceram nas florestas das montanhas de Serra Maestra, local de difícil acesso para os soldados de Fulgêncio. Entre as árvores, os guerrilheiros poderiam facilmente dispersar seus homens em casos de fuga. Assim como, o domínio de Serra Maestra permitiu acesso a diversas vilas da região, o que atraiu forte apoio da população rural cubana ao movimento. Assim, em alguns anos o M-26 passou a controlar Serra Maestra e, com a **Rádio Rebelde**, Fidel Castro enviou diariamente instruções para diversas vilas e soldados espalhados pela região, engajando ainda mais o movimento.

A partir de 1958, após constantes vitórias de Fidel sobre o exército cubano e com os guerrilheiros bem armados, o movimento seguiu em direção ao norte, visando derrubar Fulgêncio definitivamente. O ditador, sem o apoio dos Estados Unidos e perdendo cada vez mais territórios na região central cubana decidiu fugir da ilha. A fuga de Fulgêncio Batista, enfim, decretou a derrota da ditadura e possibilitou que no dia 1 de janeiro de 1959, os guerrilheiros de Fidel Castro e Che Guevara entrassem na capital, Havana, para tomar o poder, iniciando assim um novo governo nacionalista.

O governo revolucionário e a aproximação com a URSS

Ao assumir o governo, Fidel Castro iniciou um processo de limpeza política das influências de Fulgêncio Batista e dos Estados Unidos. Primeiramente, os seguidores e aliados do antigo ditador foram presos e fuzilados pelo novo regime, demonstrando assim a incapacidade de diálogo do novo governo. Os paredões de fuzilamento se tornaram extremamente autoritários e muitas vezes foram além da questão política. Não só os inimigos do governo foram executados, como também líderes religiosos, homossexuais e até mesmo membros das religiões de matrizes africanas.

Em seguida, Castro iniciou uma série de reformas que destruíam a presença norte-americana no país, fechando boates, cassinos e casas de prostituição. Neste processo, também prendeu e exilou centenas de traficantes, bandidos e corruptos, enviando todos para os Estados Unidos em um barco.

Enfim, atacando os interesses econômicos norte-americanos, Fidel Castro realizou uma extensa reforma agrária, nacionalizou a exploração de riquezas naturais, dentre elas o petróleo e as refinarias de açúcar, grande interesse do norte na ilha.

GRANDES REFORMAS EM 1961

- nacionalização da economia
- alfabetização de toda a ilha
- reforma agrária
- nacionalização dos bancos

A postura de Castro com essas nacionalizações foi uma resposta ao embargo de armas e petróleo impostos pelo presidente Eisenhower em 1958 e 1960. Nesse ano, a continuidade das reformas de Fidel chamou atenção do governo norte-americano, e Eisenhower aprofundou o **embargo econômico** sobre a ilha em 1960, impedindo a entrada de produtos estrangeiros no país. Essa situação dificultou o desenvolvimento econômico de Cuba, que já estava abalada pós revolução.

Assim, em 1960, Fidel Castro surpreendeu o mundo em um discurso ácido e antiamericano durante a Assembleia Geral das Nações Unidas em Nova Iorque. Após ter se hospedado no pobre bairro negro do Harlem e ter conhecido figuras como Malcolm X e Nikita Khrushchev, Castro acusou os Estados Unidos de impedirem o desenvolvimento latino-americano e de tentarem sufocar Cuba. Neste discurso profundamente anti-imperialista, Castro ainda anunciou que, a partir daquele ano, Cuba estabeleceria relações diplomáticas e comerciais com a **União Soviética**.

O anúncio de Castro em plena Guerra Fria foi um impacto para os interesses norte-americanos, visto que teriam a poucos quilômetros de seu território um ponto estratégico do seu maior inimigo durante a Guerra Fria.

PARTIDO COMUNISTA EM CUBA
Cuba oficialmente no bloco soviético

A Aliança para o Progresso e a Crise dos Mísseis Cubanos

A presença de um país socialista no “quintal” dos Estados Unidos e o crescimento de outros movimentos revolucionários na América Latina acendeu o alerta do governo americano. Neste cenário, o presidente John Kennedy, em 1960, lançou a chamada **Aliança para o Progresso**. O projeto tinha como objetivo enviar ajuda econômica para países da América Central e do Sul combaterem possíveis ameaças socialistas em seus territórios, difundindo, assim, os ideais capitalistas.

A Aliança Para o Progresso também contou com um apoio político e estratégico dos Estados Unidos para o estabelecimento de diversas ditaduras militares. Assim, não só o dinheiro evitaria o sucesso de revoluções, como a violência e o autoritarismo neutralizariam os chamados subversivos.

No governo cubano, por sua vez, uma das figuras mais empenhadas na luta contra o imperialismo ao redor do mundo foi Che Guevara. O revolucionário, assim, lançou a teoria do **foquismo**, que visava estabelecer diversos **focos** revolucionários ao redor do mundo, na luta contra o imperialismo. O apoio de Fidel e Che, portanto, possibilitou o crescimento de guerrilhas no Brasil, na Nicarágua, em países africanos e diversos outros locais.

Neste cenário, os Estados Unidos, inicialmente, ainda tentaram invadir Cuba, buscando derrotar militarmente o governo revolucionário. Entretanto, as invasões realizadas entre 1960 e 1962 foram fracassadas. A principal delas foi a **Invasão da Baía dos Porcos**, que contou com diversos anticomunistas exilados e soldados apoiados pela CIA, mas acabou fracassando.

Assim, nesta conjuntura de Guerra Fria, a URSS descobriu a instalação de mísseis norte-americanos na Turquia, apontados para o leste. Visto isso, o país socialista decidiu então apoiar a resistência cubana e, estrategicamente, garantiu também a construção de bases militares em Cuba, com mísseis nucleares apontados para o rival capitalista. Essa movimentação gerou o que ficou conhecido como a **Crise dos Mísseis Cubanos**.

Enfim, em outubro de 1962, o presidente John F. Kennedy anunciou que fotos aéreas de um avião norte-americano comprovavam a instalação de mísseis nucleares a 145km da costa da Flórida, revelando assim uma ameaça ao país e uma possível declaração de guerra dos socialistas. Uma série de tensões entre os dois governos iniciou o curto período apelidado de “**13 dias que abalaram o mundo**”, pois, a qualquer momento, muitos acreditavam que uma guerra nuclear finalmente teria início.

Apenas no dia 28 de outubro que os dois países chegaram a um acordo, com o líder socialista Nikita Khrushchev decidindo retirar os mísseis de Cuba com algumas condições: o fim das interferências americanas em Cuba e a retirada dos mísseis americanos da Turquia.



Chile

A via chilena para o socialismo

Em fevereiro de 1956, o Secretário-Geral soviético Nikita Krushev realizou um poderoso discurso no 20º Congresso do Partido Comunista da União Soviética (PCUS) denunciando as atrocidades de Josef Stálin. A partir de então, o autoritarismo da antiga liderança soviética, assim como os crimes contra os direitos humanos e as políticas soviéticas levantaram um novo debate sobre o socialismo.

A partir deste novo cenário de denúncias e críticas, militantes comunistas ao redor do mundo inteiro passaram a questionar a realidade soviética. Afinal, seria possível a construção do socialismo por uma via diferente a da revolução? Seria possível um socialismo pacífico e democrático, oposto ao que foi praticado pelo stalinismo?

Neste cenário de debates, diversos intelectuais lançaram novas ideias e propostas socialistas, afastando-se definitivamente da URSS e dos Partidos Comunistas. Além disso, os conflitos em torno da independência das antigas colônias na África e na Ásia apontou para um desgaste cada vez maior com relação às práticas imperialistas. Através desse processo, surgiu ao redor do mundo, na década de 1960, uma corrente conhecida como *New Left*, com propostas de um socialismo mais democrático, pacífico e preocupado com os problemas das identidades de gênero, raça, sexualidade e nação.

Pega a visão: chama na contextualização e lembra que a década de 1950 e 1960 foi marcada pelo surgimento de movimentos de contracultura no mundo e do aumento exponencial das críticas ao autoritarismo e ao imperialismo promovido pelas grandes potências.

No caso da América-Latina, a construção de uma nova esquerda durante a década de 1960 e 1970 foi dificultada, sobretudo pelo surgimento de ditaduras militares. Afinal, o sucesso da Revolução Cubana amedrontou o bloco capitalista e novos focos de revoluções e movimentos sociais deveriam ser fortemente combatidos.

É nesse contexto que o socialismo se fortalece no Chile na década de 1960 e se apresenta como uma alternativa política para o país. Entretanto, diferente da experiência cubana e soviética, o socialismo surge neste país por vias democráticas, através de eleições, em um projeto conhecido como a “**via chilena para o socialismo**”. O programa dos principais partidos de esquerda no país não contava com a luta armada ou com uma convulsão social, a ideia central era chegar ao poder utilizando o sistema eleitoral, respeitando as leis do país, e fazer uma transição da economia capitalista para a socialista.

Nas palavras de Allende:

“Queremos construir o socialismo com democracia e liberdade, com sabor de vinho tinto e cheiro de empanada”.

Disponível em: <https://www.cartamaior.com.br/?/Editoria/Pelo-Mundo/-A-direita-e-os-EUA-nao-queriam-um-socialismo-com-democracia-no-Chile-Seria-contagioso-/6/28567>

Após 3 eleições sem sucesso (1952, 1958 e 1964), sofrendo derrotas para candidatos conservadores como Eduardo Frei (que contou com apoio financeiro e midiático dos EUA), o candidato da Unidade Popular, Salvador Allende, foi eleito em 1970. A vitória do novo presidente foi marcada por uma importante coalizão entre os partidos de esquerda chilenos.

Com cerca de 36,4% dos votos, Salvador Allende foi eleito presidente do Chile de forma democrática, reacendendo a preocupação norte-americana quanto a um novo foco socialista na América Latina. Um

socialismo de via diferente da proposta por Cuba e U.R.S.S, mas, que na atuação política e econômica poderia se mostrar revolucionário.

O governo de Salvador Allende

Dando continuidade ao projeto da **via chilena**, Salvador Allende pretendia uma transição pacífica do capitalismo para o socialismo. Em pouco tempo, o novo presidente nacionalizou bancos e estatizou importantes minas de cobre, salitre e carvão, siderúrgicas, empresas de telecomunicações, as ferrovias, a exploração de petróleo e a produção de energia elétrica, chegando a manter 60% da economia sob controle do Estado. Outros projetos ainda eram debatidos e desenvolvidos, como a nacionalização de outros serviços essenciais e a reforma agrária.

Nas questões políticas, a via chilena também representou a conquista de maiores direitos aos trabalhadores e até mesmo um inicial aumento salarial. A prometida liberdade e respeito aos direitos humanos era garantida pelo novo governo. Apesar das mudanças sociais do novo governo, a partir de 1972, os resultados foram diferentes do planejado. Com a queda do preço do cobre, principal produto exportado pelos chilenos, e o crescimento da inflação, a crise econômica se agravou.

Neste cenário, apesar de Allende defender uma política de não-alinhamento e a não dependência à URSS, acabou precisando do apoio soviético. Tendo em vista que no contexto de Guerra Fria o bloco capitalista não permitia o surgimento de um novo regime socialista, Allende se viu cercado por seus opositores e pelo apoio da CIA aos seus rivais. Assim, por um lado, o presidente Nixon aprovava medidas de embargo ao Chile e enviava dinheiro e soldados para o país, apoiando grupos opositores como o Patria y Libertad e o jornal El Mercurio. Por outro lado, a U.R.S.S também encaminhava orientações e apoio financeiro para garantir Allende no poder, tornando o Chile um cenário típico da Guerra Fria.



Ainda que o apoio soviético existisse, o imperialismo norte-americano, no entanto, conseguiu maior objetividade no combate a Salvador Allende. Através de diversas manobras da elite chilena, articuladas com o presidente Nixon e com a C.I.A, a economia chilena foi sufocada. Um dos eventos mais importantes que impactaram essa estagnação econômica teria sido uma greve dos caminhoneiros em fins de 1972.

Durante 26 dias, milhares de caminhoneiros pararam no país, influenciando ainda outras classes ao movimento grevista. O ato dos caminhoneiros, apoiado por lideranças do grupo Patria y Libertad, causou sérios prejuízos financeiros ao país.

Estima-se que neste período, a inflação chilena chegou a crescer de 22,1% em 1971 para 163,4% em 1972 e 381,1% em 1973. Essa atmosfera caótica, a pressão da elite empresarial, da CIA e até mesmo de grupos de esquerda mais radicais, como o Movimento de Esquerda Revolucionária (MIR) colocou em xeque o governo de Allende.

O golpe de Augusto Pinochet e a ditadura chilena

Em toda a história chilena, a participação militar na política sempre foi tímida, diferente de países como Brasil, que vivia então uma ditadura militar. No entanto, a crise deflagrada durante o governo Allende, o temor ao socialismo e o apoio dos EUA levaram a ala militar a uma nova estratégia.

Em setembro, pressionado pela ala militar, o General Prats, grande defensor da Constituição e importante nome na defesa contra tentativas de golpes, renunciou ao cargo de comandante em Chefe das Forças Armadas. Para o seu lugar, Allende indicou o General Augusto Pinochet.

Não demorou muito para que no dia 11 de setembro, Pinochet iniciasse um movimento golpista em Santiago. Na manhã deste dia, militares cercaram diversos complexos industriais e com apoio aéreo norte-americano invadiram o Palácio La Moneda. Apesar da investida militar, Allende decidiu não apoiar uma revolução armada ou uma guerra civil.

Visto isso, os aviões bombardearam o palácio, mesmo com o presidente em seu interior. Vale pontuar que existe uma polêmica em torno da morte do mesmo, enquanto existem grupos que defendem que ele foi morto pelos militares que invadiram o local logo em seguida aos ataques, outros grupos afirmam que ele se suicidou antes de ser capturado. Terminava assim o governo socialista de Salvador Allende e começava uma das mais cruéis ditaduras da América Latina no período, liderada por Augusto Pinochet.

Os 17 anos de governo Pinochet se tornaram um movimento contrarrevolucionário. Assim como as ditaduras no Brasil e na Argentina, com apoio norte-americano, visou derrotar a ameaça socialista no país e na América e garantir a permanência do capitalismo. Entretanto, para garantir esse cenário, Pinochet transformou o país em uma ditadura que promoveu a perseguição, exílio e assassinato de milhares de pessoas. Estima-se que o regime tenha assassinado aproximadamente 3.000 pessoas e forçado cerca de 200.000 ao exílio, além de milhares de torturados.

Apesar de um plano político extremamente conservador, com intervenções arbitrárias do Estado, no plano econômico, houve uma forte adoção das teorias **neoliberais**. Formado por um grupo de economistas conhecidos como os **"Chicago boys"**, o governo de Pinochet desestruturou toda a formação socialista de Allende para um capitalismo de livre mercado, se tornando o primeiro país a aplicar tais ideias. Apesar do desenvolvimento econômico do período, o legado da política neoliberal para o país foi a criação de um abismo social que atinge até hoje o país.

Durante a década de 1980, a imprensa internacional e associações de Direitos Humanos, inclusive norte-americanas, passaram a denunciar os crimes do ditador. Suas práticas violentas, as perseguições, torturas e mortes estamparam capas de jornais no mundo inteiro. Essa pressão internacional, somada à insatisfação popular no país levou Pinochet a realizar, em 1988, um referendo popular que decidiria a continuidade do seu governo.

A grandiosa campanha do "No" conquistou a vitória na eleição, enfim levando ao fim, em 1988 a ditadura chilena, que voltou a encontrar eleições em 1989 e se redemocratizar em 1990. Pinochet, assim, abandonou a presidência, mas mantendo cargos como senador vitalício e comandante em chefe do exército chileno até 1998, quando foi preso acusado de corrupção e crimes contra a humanidade.

Pode entrar. Atualidades: os últimos anos foram marcados por uma série de protestos e manifestações no Chile em favor da formulação de uma nova Constituição, já que a atual é uma herança do regime ditatorial no

país. Além disso, a população tem ido as ruas para garantir uma nova Carta Magna que assegure que o Estado precisa garantir direitos básicos a sociedade.

Nicarágua

A ditadura da família Somoza

Para entender a história da Nicarágua durante o século XX, é necessário falar da família Somoza. Entre 1936 e 1979, os Somoza dominaram a política nicaraguense com uma ditadura hereditária apoiada pelo governo dos Estados Unidos. Inicialmente, Anastasio Somoza García, o *Tacho*, foi eleito presidente em 1936, pelo Partido Nacionalista Liberal. Apesar de ter representado no passado os ideais liberais, ao assumir a presidência, reformou a Constituição e lançou parentes e militares nos principais cargos públicos, iniciando, assim, uma ditadura no país.

Em 1944 chegou a abrir mão do poder por pressões americanas, no entanto, com apoio da Guarda Nacional, articulou um golpe de Estado que o colocou outra vez no poder. Desta forma, com manobras políticas, golpes e fraudes eleitorais, Tacho permaneceu no poder até 1956, quando foi assassinado. Apesar da morte de Somoza, seu filho mais velho, Luis Anatasio Somoza Debayle se tornou o novo presidente do país, colocando seu irmão mais jovem, Anastasio Somoza Debayle, o Tachito, na liderança da Guarda Nacional. O primogênito governou a Nicarágua até 1963, deixando o poder, mas mantendo seus aliados na presidência como marionetes políticas.

Luis Somoza morreu em 1967, no entanto, a família permaneceu no poder graças a Tachito, o filho mais novo e terceiro presidente da família. Entre 1967 e 1979, governou a Nicarágua mantendo práticas muito parecidas com a de seus antecessores, como a corrupção generalizada, a perseguição política, tortura e prisões arbitrárias. A luta de Somoza contra a esquerda nicaraguense rendeu, inclusive, apoio dos Estados Unidos, que temia a influência cubana e soviética sobre o país. Anastasio Somoza governou o país até 1979, quando renunciou à presidência pressionado pelo movimento revolucionário sandinista do país. Tachito, portanto, foi o último dos Somozas na presidência, encerrando, enfim, uma dinastia de 43 anos.

A Revolução Sandinista na Nicarágua

Desde o século XIX, os E.U.A realizaram diversas investidas imperialistas na América Central, buscando sempre garantir seus interesses econômicos na região. Após a segunda guerra mundial e com o início da perseguição comunista, essa política intervencionista ganhou novos propósitos, ainda mais violentos.



Assim, no caso da Nicarágua, no início do XX, o interesse norte-americano estava na construção de canais e na apropriação de territórios e posteriormente, como visto, concentrou-se na luta contra o socialismo. Logo, no primeiro momento, destacou-se neste país o ativismo de **Augusto César Sandino**. Crítico ao imperialismo norte-americano em seu país, Sandino engajou-se, a partir de 1926, em uma luta armada contra os soldados americanos e contra os regimes apoiados pelo Norte.

O revolucionário logo se tornou um importante símbolo de luta e resistência no país, sendo, inclusive, muito perseguido. Neste contexto, portanto, Sandino acabou sendo assassinado em 1934, pela Guarda Nacional, então comandada por Anastasio Somoza García. A imagem do guerrilheiro, após seu assassinato, tornou-se definitivamente um símbolo de luta no país. Assim, em 1961, sua figura serviu como

inspiração para um novo grupo revolucionário, que mantinha ideologias e táticas da guerrilha que havia sido liderada por ele, a chamada Frente Sandinista de Libertação Nacional (FSLN).

A nova aliança revolucionária surgia sob forte inspiração dos revolucionários cubanos, mantendo uma visão marxista e contando com a grande participação de cristãos, que passaram a defender ideias como a da **Teologia da Libertação**. O movimento político-religioso surgiu nesse contexto de precarização das classes mais baixas e da implantação de governos autoritários na América Latina. O movimento nasceu com a proposta de promover uma postura mais crítica com relação às desigualdades sociais, a concentração fundiária e o autoritarismo do período, com a defesa de que os ensinamentos de Jesus Cristo têm como preferência obrigatória os pobres. Logo, a FSLN se tornou a principal frente de luta contra os Somoza e contra o imperialismo.

Vale destacar que as décadas de 1960 e 1970 foram marcadas por diversos movimentos revolucionários ao redor do mundo. Na Europa, eventos como os de 1968 levaram estudantes às ruas, nos Estados Unidos, o movimento Hippie contestou o autoritarismo do governo e a Guerra do Vietnã, na África, os movimentos de libertação nacional conquistaram espaço e, na América do Sul, diversos guerrilheiros iniciavam suas lutas contra as ditaduras militares.

No caso da Nicarágua, não foi diferente, a luta teve início na década de 1960, mas se aprofundou a partir de 1978, com a morte do jornalista Pedro Joaquín Chamorro. Além disso, a Crise do Petróleo, em 1973, e o terremoto que destruiu a cidade de Manágua, em 1972, também são fatores essenciais para compreender o enfraquecimento dos Somoza na liderança da Nicarágua. Com a dificuldade de manter os projetos neoliberais em pleno funcionamento no país e a manutenção constante dos crimes contra os direitos humanos, os ditadores foram perdendo apoio dos Estados Unidos e das elites do país.

Em 1979 a guerrilha sandinista conseguiu tomar a capital e o Palácio Nacional de Manágua. Somoza é exilado e, em seu lugar, assume o poder a Junta de Governo de Reconstrução Nacional.

O sandinista Daniel Ortega se tornou o coordenador da Junta e, em 1984, acabou sendo eleito o novo presidente da Nicarágua. O governo sandinista foi marcado ainda pela continuidade dos conflitos, visto que forças defensoras de Somoza e influenciadas pelos E.U.A ainda desejavam retomar o poder. Os chamados “**Contras**” eram vários grupos rebeldes que se opunham ao sandinismo e ajudaram a desgastar o governo revolucionário. No entanto, os Sandinistas ainda conseguiram realizar grandes reformas políticas e econômicas no país, como a própria reforma agrária e a reforma educacional.

Através da grande *Cruzada Nacional de Alfabetización*, apoiada pelo educador brasileiro Paulo Freire e inspirada em seus métodos, a Nicarágua conseguiu reduzir drasticamente as taxas de analfabetismo do país.



Exercícios



1. (UEL - 2019) Primeiro mataremos todos os subversivos; depois mataremos seus colaboradores; depois seus simpatizantes, depois os que permanecem indiferentes; e finalmente mataremos os tímidos.
Declaração feita em 1976 pelo governador militar de Buenos Aires, General Ibérico Saint-Jean. In: JABINE, Thomas; CLAUDE, Richard (Orgs.). Direitos humanos e estatística: o arquivo posto a nu. São Paulo: EDUSP, 2007, p. 400.

A última ditadura militar Argentina (1976-1983) foi o regime político mais violento e autoritário do Cone Sul. Durante os sete anos em que comandou o país, estima-se que a Junta Militar e seus órgãos de repressão tenham assassinado cerca de trinta mil opositores, entre militantes de esquerda e cidadãos críticos ao governo. Segundo o discurso das Forças Armadas e dos setores civis que as apoiavam, era preciso travar uma guerra contra a subversão, podendo até mesmo o ensino de matemática moderna ou gêneros musicais como Rock'n roll serem considerados ameaçadores à juventude. Os militares argentinos, assim como em várias outras ditaduras da região, procuravam justificar seus atos pela chamada Doutrina de Segurança Nacional (DSN).

Com base nos conhecimentos acerca da História da América Latina Contemporânea, responda aos itens a seguir.

- a) Indique quais países do Cone Sul viveram sob ditaduras militares nos anos de 1960-1980.
 - b) Explique no que consistia a Doutrina de Segurança Nacional e contextualize o ciclo de ditaduras latino-americanas desse período.
2. (IFMT 2014) Em 1962, o então líder soviético Nikita Krushev, em represália à instalação de mísseis na Turquia, decidiu fazer o mesmo em Cuba, dando início à chamada "crise dos mísseis", um exercício de força e de propaganda que, por alguns dias, deixou a humanidade à beira de mais um conflito mundial, desta feita com a possibilidade do recurso às armas nucleares de destruição em massa. Sobre o contexto da Guerra Fria, no qual esse episódio se insere, assinale a afirmativa correta.
- a) A retórica apocalíptica e o radicalismo político dos E.U.A. e U.R.S.S. impuseram uma série de escaramuças militares que envolveram diretamente as forças armadas desses dois países.
 - b) O principal palco de luta das superpotências pelo estabelecimento de áreas de influência aconteceu na Ásia e na África com a dissolução dos antigos impérios coloniais.
 - c) Os presidentes norte-americanos tiveram que combater uma forte oposição de cunho socialista no Congresso dos E.U.A. liderada pelo senador Joseph McCarthy.
 - d) Em relação à América Latina, esse período trouxe o decisivo apoio norte-americano à implantação e manutenção de governos democráticos na região, como o de Salvador Allende no Chile e o de João Goulart no Brasil.

3. (UnirG – 2018) “A revolução de 1959 foi o processo que formou a nação cubana. No caso dos países latino-americanos, marcados por heranças da colonização europeia e da escravidão, “formar a nação” significa dois movimentos: por um lado, conquistar a independência em relação ao poder econômico estrangeiro e, por outro, atingir um nível de igualdade social capaz de embasar uma nova identidade nacional, com densidade popular. Desde 1959, Cuba manda em si mesma e construiu um sistema social igualitário”

(CUBA: o que é a revolução hoje. Disponível em: <https://bityli.com/1udJ7>. Acesso em: 3 out. 2017.)

Conforme defende o texto, a nação cubana não surgiu com a proclamação de sua independência da metrópole espanhola nos finais do século XIX, mas com o movimento revolucionário, liderado por Fidel Castro, em meados do século XX. Assinale a alternativa que justifica corretamente essa concepção:

- a) A nação cubana foi formada em 1959 porque, no regime político instaurado, os intelectuais da ilha, a exemplo de José Martí, puderam forjar uma cultura democrática nacional que incluía todas as classes sociais.
- b) A nação em Cuba foi gerada com a revolução de 1959 porque, a partir daquele momento, a herança social e cultural da escravidão africana, que era um obstáculo ao progresso da ilha, foi restringida por meio de uma eficiente rede escolar.
- c) A nação foi criada em Cuba a partir de 1959 porque, sob a presidência de Fidel Castro, ocorreu um grande crescimento econômico da ilha, o que possibilitou a democratização das relações sociais e étnicas, elementos criadores de uma nova identidade autônoma.
- d) A nação cubana foi formada com a revolução de 1959 porque o movimento rompeu com o imperialismo norte-americano na ilha e estabeleceu um regime de caráter socialista

4. (UFGD-2010) "De 1964 até o final dos anos 70, grandes mudanças políticas se processaram na América Latina. Em março de 1964, os militares derrubaram o poder constitucional de João Goulart, no Brasil, dando início a uma série de ditaduras militares, que iriam espalhar-se por toda a América Latina"

(CÁCERES, Florival. *História da América*. São Paulo: Moderna, 1992 p. 208).

Com relação à implantação das ditaduras militares na América Latina, no período aludido, assinale a alternativa correta.

- a) Insere-se numa tentativa de barrar o avanço do bloco capitalista liderado pelos Estados Unidos sobre a América Latina. Através da Doutrina da Segurança Nacional, os governos militares aproximavam os países latino-americanos do socialismo soviético.
- b) Ao assumir o governo, no Brasil, os militares aliaram-se a políticos de esquerda, intelectuais, religiosos progressistas, estudantes e líderes sindicais a fim de aprovar, no Congresso Nacional, os AIs (Atos Institucionais), que criaram uma ordem jurídica e política baseada no Estado de direito.
- c) No Chile, nas eleições de 1970, Salvador Allende foi eleito presidente, a partir de uma aliança entre cristãos de esquerda, socialistas e comunistas. Com Allende, o Chile caminhava para o socialismo, fato que motivou, em 1973, a tomada de poder por um grupo de militares liderados por Augusto Pinochet.
- d) Embora os regimes militares latino-americanos tenham sido extremamente autoritários e violentos, tais aspectos não podem ser imputados à Argentina, país que implantou um governo de coalisão nacional que proibia a violência física e psicológica. Tal política foi apoiada pelas Mães da Praça de Maio.
- e) No Peru, a implantação da ditadura militar sofreu, desde o início, em 1968, a oposição da Ação Libertadora Nacional (ALN), liderada por Carlos Marighella. Por conta disso, para evitar uma possível guerra civil, o general Juan Velasco Alvarado assumiu uma postura nacional-socialista.

5. (FGV – 2014) Uma coluna de fumaça espessa e escura levantou-se na área central de Santiago do Chile na manhã de uma terça-feira, 11 de setembro de 1973. Era um estranho acontecimento. Não parecia um incêndio qualquer, mas algo mais grave e ameaçador, especialmente porque minutos antes foi possível ouvir o ruído dos caças da Força Aérea do Chile em voos rasantes sobre o centro da cidade, onde fica o Palácio de La Moneda. O que ocorria não era fortuito. O governo (...) Salvador Allende chegava ao fim com seu suicídio no interior do palácio, que estava sendo bombardeado. O golpe militar e o regime autoritário que se instaurou em seguida alterariam profundamente a história contemporânea do Chile.
- (Alberto Aggio, *Da revolução à democracia*. In *Revista de História da Biblioteca Nacional*, setembro de 2013. p. 36)

Sobre as profundas alterações na história chilena, é correto afirmar que:

- a) a cultura política construída durante o governo do presidente Allende, baseada na meritocracia e na colaboração entre empresários e trabalhadores para o desenvolvimento chileno, foi substituída por uma ordem paradoxal, pois o autoritarismo esteve associado à forte politização popular.
- b) a ordem democrática imposta a partir do golpe de Estado não impediu a continuidade de uma política econômica pautada pelo rápido crescimento, baseado no capital nacional e na indústria de bens de consumo duráveis, além de trazer benefícios diretos a uma maior parcela dos chilenos.
- c) o governo de Salvador Allende optou por um alinhamento estratégico aos Estados Unidos e manteve uma política econômica essencialmente privatista, diferente da ordem pós-golpe, que preferiu o isolamento diplomático e os acordos econômicos com as nações socialistas.
- d) enquanto o presidente Salvador Allende pretendeu construir o socialismo por meio de mecanismos democráticos, o regime autoritário do general Augusto Pinochet impôs ao país uma nova ordem econômica, com um capitalismo quase sem regulações, com a privatização de empresas e do serviço de saúde.
- e) o caminho autoritário escolhido pelo governo chileno sob o comando de Salvador Allende para a instituição do socialismo foi substituído pelo liberalismo político do general Pinochet, mas com forte intervenção do Estado na economia, com a estatização da exploração de cobre.

Gabaritos

1. **a)** Brasil, Chile, Uruguai, Paraguai e Argentina.
b) Nesse período, o ciclo de ditaduras no Cone Sul foi uma consequência direta da maior atuação política dos Estados Unidos na América Latina, visando evitar o surgimento de novas experiências socialistas como a de Cuba. Em um contexto de Guerra Fria, com a bipolarização global, ver o crescimento da influência soviética entre seus vizinhos poderia ser uma ameaça para o bloco capitalista. Assim, a Doutrina de Segurança Nacional foi desenvolvida por militares norte-americanos e franceses como forma de preparar ditaduras militares na América contra os focos revolucionários. Assim, para conter esses avanços, a DSN visava encarar a própria população como uma ameaça e construir um sistema com aparatos do Estado para espionar, investigar, prender, torturar e assassinar cidadãos que representassem possíveis ameaças ao governo.
2. **B**
Durante este período da Guerra Fria, Estados Unidos e União Soviética apoiaram diversos processos de independências e lutas anticolonialistas, visando ampliar suas zonas de influência. No caso cubano houve uma forte relação com a URSS.
3. **D**
O texto defende que após a independência de 1898, Cuba não conseguiu construir-se como um país independente e organizar sua identidade nacional, pois passou a depender política e economicamente dos Estados Unidos. Apenas com a revolução de 1959 que a nação passaria a ser construída com as bases socialistas.
4. **C**
A alternativa C é a única correta, pois faz uma correlação entre a eleição de Salvador Allende em 1970, o crescimento do socialismo por vias pacíficas e o golpe militar de Pinochet.
5. **D**
Algumas alternativas mencionam que o governo de Salvador Allende teria sido autoritário e alinhado aos Estados Unidos e a empresários, o que está incorreto, enquanto outra alternativa afirma que o governo de Pinochet após o golpe foi democrático, também errado, pois foi uma ditadura. Assim, apenas a D apresenta as características corretas.